

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

CHRISTIANNE TEIXEIRA ALBUQUERQUE

**A TECNOLOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
CASO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SANTANA DO
LIVRAMENTO/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SANTANA DO LIVRAMENTO

2021

CHRISTIANNE TEIXEIRA ALBUQUERQUE

**A TECNOLOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
CASO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SANTANA DO
LIVRAMENTO/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão

SANTANA DO LIVRAMENTO

2021

CHRISTIANNE TEIXEIRA ALBUQUERQUE

**A TECNOLOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
CASO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SANTANA DO
LIVRAMENTO/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Organização e Desenvolvimento.

Dissertação defendido em: dia, mês e ano.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão (Orientador)

Programa de Pós-graduação em Administração/UNIPAMPA

Prof. Dr. Altacir Bunde

Docente Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Prof. Dr^a. Ednalva Felix das Neves

Docente Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

AGRADECIMENTOS

Ao findar desta etapa tão importante e almejada, é hora de agradecer às pessoas que contribuíram para minha chegada. De maneira especial agradeço:

Em primeiro lugar, curvo meus joelhos e agradeço ao meu Deus por mostrar a força que existe em mim, mesmo em momentos que eu desacreditei;

À Universidade Federal do Pampa por todo o conhecimento e a oportunidade de crescimento, despertando em mim o amor pela educação e pela docência;

Ao meu orientador Professor Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão, pela oportunidade, paciência, confiança, orientação e sobretudo disponibilizar seu vasto conhecimento;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração pelos ensinamentos e por despertarem o desejo maior de seguir sempre em busca do conhecimento;

Ao professor Dr. Altacir Bunde, exalto minha admiração, agradeço à sabedoria e disponibilidade com que me guiou na graduação em Economia e na especialização em gestão Pública, foste fundamental, pois despertou o amor pelo tema Economia Solidária. Levarei eternamente comigo este exemplo de professor dedicado;

A todos os meus colegas do PPGA, pelo apoio e cooperação;

Aos meus pais Roberto Albuquerque e Denise Ortiz Teixeira, pois sempre permitiram que eu fizesse minhas escolhas confiantes que eu andaria pelo caminho do bem, e assim me incentivaram o tempo todo com palavras de apoio e carinho;

A minha filha, minha razão de tudo, por mesmo sem entender é a minha fortaleza, fez eu não desistir, fez eu permanecer até aqui, teu amor foi fundamental, espero que um dia tenha orgulho da tua mãe.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar o papel da Tecnologia Social desenvolvida pelos Empreendimentos de Economia Solidária no processo de desenvolvimento de Santana do Livramento/RS. Justifica-se pela necessidade de se analisar como a Tecnologia Social aplicada/desenvolvida pelos Empreendimentos Solidários Econômicos podem contribuir para o desenvolvimento local. A leitura de diferentes autores que bebem na fonte da Economia Solidária e Tecnologia Social permitiu o entendimento da importância destas para o desenvolvimento local. Apresenta-se a Economia Solidária e os Empreendimentos Solidários, posteriormente. E, finaliza-se identificando o desenvolvimento local a partir da Tecnologia Social nos Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS. Para atender os objetivos foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais, e de campo, através de entrevistas semi-estruturadas e observações participantes, visando responder a seguinte indagação: Qual o papel da Tecnologia Social desenvolvida pelos Empreendimentos de Economia Solidária de Santana do Livramento/RS no processo de desenvolvimento local? É constatado que os Empreendimentos Solidários aplicam/desenvolvem Tecnologia Social, e isso contribui com melhorias nas rotinas de trabalho com baixo custo, agregação de valor de maneira sustentável, proporcionando inclusão social, e conseqüentemente fomentando a geração de emprego e renda. Portanto, os resultados demonstram a importância de se estimular os Empreendimentos de Economia Solidária, pois através da sua Tecnologia Social, irão contribuir para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Economia Solidária. Tecnologia Social. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This work aims to identify the role of Social Technology developed by Solidarity Economy Enterprises in the development process of Santana do Livramento/RS. It is justified by the need to analyze how Social Technology applied/developed by Economic Solidarity Enterprises can contribute to local development. The reading of different authors who draw from the source of Solidarity Economy and Social Technology allowed us to understand their importance for local development. The Solidarity Economy and Solidarity Enterprises are presented later. And, it ends by identifying local development from Social Technology in the Solidarity Economy Enterprises of Santana do Livramento/RS. To meet the objectives, bibliographic, documentary, and field research were carried out, through semi-structured interviews and participant observations, in order to answer the following question: What is the role of Social Technology developed by the Solidarity Economy Enterprises of Santana do Livramento/RS in the local development process? It is found that the Solidarity Enterprises apply/develop Social Technology, and this contributes to improvements in work routines at a low cost, adding value in a sustainable manner, providing social inclusion, and consequently promoting the generation of employment and income. Therefore, the results demonstrate the importance of stimulating Solidarity Economy Enterprises, as through their Social Technology, they will contribute to local development.

Keywords: Solidarity Economy. Social Technology. Local Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Principais características da Economia Solidária	24
Quadro 02. Características da Tecnologia Social	39
Quadro 03. Principais autores do referencial bibliográfico.....	50
Quadro 04. Perfil das entrevistadas	52
Quadro 05. Sistematização metodológica	54
Quadro 06. Perfil dos EES da Casa de Economia Solidária	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Número Total de Empreendimentos Econômicos Solidários, Brasil, 2013	28
Tabela 02. Número Total de Sócios/as nos EES na Região Sul, 2013.....	29
Tabela 03. Empreendimentos Econômicos Solidários por Forma de Organização, Brasil, 2013	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ES – Economia Solidária

ECOSOL – Casa de Economia Solidária

EES – Empreendimento de Economia Solidária

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

TA – Tecnologia Apropriada

TC – Tecnologia Convencional

TS – Tecnologia Social

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivos.....	15
1.1.1 <i>Objetivo Geral.....</i>	15
1.1.2 <i>Objetivos Específicos.....</i>	15
1.2 Justificativa.....	16
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.1 Economia Solidária e Empreendimentos de Economia Solidária (EES).....	20
2.1.1 <i>Economia Solidária: Conceitos Fundamentais.....</i>	20
2.1.2 <i>Empreendimento de Economia Solidária.....</i>	25
2.2 Vertentes da Tecnologia: Convencional, Adequada e Social.....	32
2.2.1 <i>Tecnologia Social: conceitos e características.....</i>	37
2.2.2 <i>Tecnologia Social: Perspectivas.....</i>	39
2.3 Desenvolvimento Local.....	41
3 METODOLOGIA.....	48
3.1 Abordagem, caráter e método de pesquisa.....	48
3.2 Técnica de coleta dos dados, os sujeitos de pesquisa e técnicas de análise de dados.....	49
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	55
4.1 Economia Solidária e os Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS.....	55
4.1.1 <i>Casa de Economia Solidária.....</i>	55
4.1.2 <i>Associação de Catadores Novo Horizonte.....</i>	66
4.2 Tecnologia Social como uma vertente da tecnologia de Santana do Livramento/RS.....	71
4.2.1 <i>Casa de Economia Solidária.....</i>	71
4.2.2 <i>Associação de Catadores Novo Horizonte.....</i>	74
4.3 Desenvolvimento local a partir da Tecnologia Social nos Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS.....	76
4.3.1 <i>Casa de Economia Solidária.....</i>	76
4.3.2 <i>Associação de Catadores Novo Horizonte.....</i>	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	94
APÊNDICE 2 – DIÁRIO DE CAMPO.....	97
APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	98

1 INTRODUÇÃO

A evolução da Tecnologia Convencional ou Capitalista (TC), foi responsável por diversas inovações e o crescimento das economias mundiais. A TC foi indiscriminadamente utilizada pelos países desenvolvidos e disseminadas para o resto do mundo através das multinacionais.

Na década de 1960, utilizou-se inicialmente concepções como Tecnologia Apropriada (TA), para definir alternativas às Tecnologias Convencionais (RODRIGUES; BARBIERI, 2008). Segundo os autores, esse movimento global foi importante por permitir a discussão da tecnologia dentro de uma abordagem mais ampla, ou seja, para além da avaliação econômica e a ótica capitalista. Para estes, o movimento perdeu forças na década de 1980 diante do processo de globalização.

A Tecnologia Convencional se trata das tecnologias utilizadas por empresas privadas, que não são adequadas para a inclusão social, e o oposto se tem, por negação e exclusão, o conceito de Tecnologia Social (TS), conforme Dagnino (2010). Outro motivo, para o surgimento da Tecnologia Social, foi a degradação ambiental (RODRIGUES; BARBIERI, 2008), visto o impacto negativo na conservação da natureza, tais como poluição, mudanças climáticas, entre outros, que afetam a qualidade de vida humana.

Assim, a TS como negação a TC, apresenta-se como favorável para inclusão social e o desenvolvimento sustentável. A Tecnologia Social envolve técnicas, produtos e/ou metodologias reaplicáveis, que são fruto da interação com a comunidade e que geram resultados e soluções para a transformação (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

O conhecimento científico-tecnológico sobre a TS é imprescindível para a inclusão social e para o conhecimento visando à elaboração de políticas públicas (DAGNINO, 2010). Neste contexto, onde a TS apresenta-se como uma opção para a exclusão social e para desenvolvimento sustentável, sua utilização converge com os conceitos de Economia Solidária (ES).

Com base em Schiochet (2012), a Economia Solidária, surgiu dos movimentos sociais, se politizando na busca pela visibilidade pública acerca das identidades coletivas, como por exemplo, através dos seus Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), traduzindo as carências destes na forma de direitos, organizando fóruns, redes, mobilizando e aglutinando esforços por meio de reivindicações de políticas públicas.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários, surgem como alternativa para a “(re) inserção social”, em oposição as formas capitalistas de organização, visando as pessoas e

grupos excluídos, tais organizações pertencem ao movimento da Economia Solidária, de acordo com Singer (1999). Pode-se dizer que a Economia Solidária se consolida através de seus Empreendimentos Econômicos Solidários.

Nas palavras de Icaza (2004) os Empreendimentos Econômicos Solidários são os responsáveis por novos processos de desenvolvimento e inserção social, sendo que proporcionam expansão e articulação das experiências por eles vivenciadas.

Destaca-se como Empreendimentos Econômicos Solidários, as cooperativas, que nasceram no século XIX para suprir as debilidades impostas pelas economias de mercado, são caracterizadas pela coletividade, podendo ser de estrutura singular ou complexa, contemplando atividades de produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo solidário, como aponta Barbosa (2007). Além das cooperativas, os EES apresentam-se também como: grupo informal, associação, e sociedade mercantil.

A Economia Solidária é consolidada através dos seus EES e dentre os seus principais valores tem-se a cooperação, a solidariedade e a autogestão, que representam uma tríade chave para o seu direcionamento, que é a que diferencia das demais práticas sociais e econômicas, aproximando-a da Tecnologia Social (MELLO, Ricardo.; MELLO, Ruth, 2010).

Assim, segundo Dagnino (2014) pode-se notar que a TS é fundamental para os EES, a fim de garantir bens e serviços de acordo com as especificidades e características da Economia Solidária. Portanto, para o autor a Tecnologia Social é o que a Economia Solidária, através dos seus Empreendimentos Econômicos Solidários necessitam para se tornarem sustentáveis.

Neste contexto, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) está organizado em todo o país e se apresenta como um instrumento da Economia Solidária, proporcionando o debate entre diversos atores e diretrizes, visando outro desenvolvimento socioeconômico. Segundo o FBES (2008), pensando-se na contribuição da TS para o desenvolvimento da Economia Solidária e dos seus Empreendimentos de Economia Solidária, se faz necessário que estes tenham acesso às tecnologias adequadas.

Portanto, as tecnologias devem estar alinhadas com os preceitos da Economia Solidária, visto que se trata de características específicas, que devem: respeitar a cultura e pensar nos saberes locais, agregar valor, garantir melhores condições para o trabalho, além de nortear nas questões de saúde dos envolvidos e na sustentabilidade dos empreendimentos (FBES, 2008), e do meio-ambiente.

De toda sorte, para que ocorra a contribuição da Tecnologia Social para os Empreendimentos de Economia Solidária, possibilitando o desenvolvimento local e o atendimento as características específicas, para Dagnino (2008), faz-se necessária que as

peessoas com a formação na tecnologia convencional, percebam a inadequação desta para a transformação social.

Considerando que a TS contribui para os EES's no processo de desenvolvimento local, se tem alguns estudos realizados que corroboram com tal afirmação. O estudo de caso da Região Semiárida da Bahia, cujos autores Ventura, Andrade e De Almeida (2011) apresentaram as contribuições da Tecnologia Social para a mitigação do aquecimento global nessa região e o seu desenvolvimento sustentável. Os autores, apontaram a necessidade de maior atenção a TS, visto representarem uma fonte no auxílio às questões climáticas.

Outro estudo dos autores Do Nascimento *et al.* (2018), objetiva analisar o processo de institucionalização da Tecnologia Social no contexto da Economia Solidária, considerando as práxis dos Empreendimentos de Economia Solidária. Nesta pesquisa, foram investigadas três cooperativas da agricultura familiar, da região Oeste do Paraná e os resultados apontaram um embrionário processo de institucionalização da TS nas cooperativas, entendendo que a efetivação perpassa por uma institucionalização organizacional e estatal.

Ambos estudos sobre a contribuição da Tecnologia Social apontaram a sua importância para a superação de problemas sociais, dos EES e de desenvolvimento, porém por se tratar de um tema incipiente necessita-se mais atenção e pesquisas.

No contexto de estudos sobre a TS tem-se o diálogo da Universidade Federal de Santa Maria com o Projeto Esperança-Cooesperança, que resulta em diversos projetos para Economia Solidária local. Tem-se o grupo de pesquisa registrado no CNPq denominado Desenvolvimento, Inovação Social, Governança e Sustentabilidade (DISGOS), com um rol de atividades para o enfrentamento da vulnerabilidade social e avaliação da TS. Pode-se citar ainda a Incubadora Social da UFSM, que realiza iniciativas de reaplicação da TS.

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), desenvolveram o Projeto de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários na cidade Santana do Livramento/RS. Tal projeto, promoveu atividades junto aos EES do município, promovendo ações com os catadores de material reciclável e com artesãos locais, fomentando a Economia Solidária e o uso da Tecnologia Social. Neste contexto, surgiu o interesse pelo tema e pesquisá-lo nesta dissertação.

Assim, devido às características específicas da tecnologia desenvolvida pelos EES e sua contribuição para o processo de desenvolvimento local, apresenta-se o município de Santana do Livramento/RS, com um histórico no âmbito da Economia Solidária. Em 2005, após acontecer no município a Primeira Feira Binacional de Economia Solidária, surgiu a necessidade

de contar com um espaço para a realização de atividades que fomentassem essa nova forma de pensar em desenvolvimento. Em abril de 2013, foi o primeiro município do Rio Grande do Sul a inaugurar uma Casa de Economia Solidária (ECOSOL), com o objetivo de realizar a comercialização de produtos, entre os quais se inclui peças artesanais e produtos alimentícios.

O município localizado a 498 km da capital do Estado, está inserido no Bioma Pampa. Integra o Território Rural do Pampa, onde estão presentes vários grupos sociais como quilombolas, pecuaristas familiares, assentados da reforma agrária, entre outros (IBGE, 2010). A situação apontada demonstra uma biodiversidade na paisagem, vegetação e clima, além de uma sociodiversidade, de povos e tradições, que necessitam de preservação. Porém, é o segundo bioma mais devastado do Brasil, perdendo apenas para a Mata Atlântica (MAZURANA; DIAS; LAUREANO, 2016).

Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul – Brasil faz fronteira com a cidade de Rivera, Capital do Departamento de Rivera – Uruguay, são cidades-gêmeas denominadas popularmente de A Fronteira da Paz. A população da Fronteira, cotidianamente, interage através de trocas cultural, social e econômica. Tem-se o turismo de compras nos free shops de Rivera, porém os fronteiriços realizam compras de ambos os lados da fronteira. Schäffer (1993, p. 27) afirma que “a aparente escassez de um dado serviço em uma das cidades pode, simplesmente, significar oferta suficiente para todo o conjunto urbano no outro lado da linha”.

Neste contexto, a Economia Solidária se apresenta como uma opção, pois valoriza uma concepção de desenvolvimento considerando as potencialidades locais e resulta nestas uma mudança de vida e na economia (NAGEM; JESUS, 2013).

De acordo, com o Censo Demográfico 2010, apresentava 82.464 habitantes, sendo 39.376 homens, 43.088 mulheres, destes, tinha-se 8.054 pessoas moradoras no meio rural. Apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), no ano de 2010, que foi de 0,727 – posicionando o município em 207º no ranking estadual e um Índice de GINI que demonstra que quanto mais perto de 0 tem-se uma completa igualdade e quanto mais perto de 1 tem-se uma completa desigualdade, no ano de 2010 esse índice foi de 0,554 – posicionando o município em 443º no ranking estadual (IBGE, 2010). De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que fornece informações sobre admissões, desligamentos e transferências, no ano de 2019, o município possuía 11.623 empregados formais, sendo distribuídos em 4.855 estabelecimentos; contudo teve-se 4.110 desligamentos, ou seja, pessoas que foram demitidas (CAGED, 2019), e assim muitos destes necessitariam de oportunidades para obter uma nova fonte de renda.

Neste contexto, os dados do município apresentam um cenário de desigualdade social, má distribuição de renda e desemprego. No contexto econômico e humanista, onde sob a ótica da população e dos trabalhadores “a economia solidária não é uma ideologia, mas uma “saída” possível, uma esperança de desafogo” (NAGEM; JESUS, 2013, p. 32). Corroborando, Singer (2002), ressalta que a Economia Solidária agrega num todo economicamente, sendo capaz de proporcionar uma alternativa de trabalho e um viver cooperativo.

Em busca de alternativas aos problemas sociais e econômicos através de atividades cooperativas e autogestionárias, atualmente, reconhecidos de acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, tem-se no município: Associação Mulher que Faz, Teares do Sul, e a própria Casa de Ecosol (SENAES, 2020). Contudo, ainda se destaca a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Fiação e Tecelagem de Santana do Livramento Ltda (COOFITEC) e a Associação de Catadores Novo Horizonte, que não se encontram nesse cadastro.

Diante deste cenário, com uma diversidade de atividades relacionadas à Economia Solidária, busca-se analisar a Tecnologia Social desenvolvida pelos Empreendimentos de Economia Solidária no processo de desenvolvimento de Santana do Livramento/RS. Chega-se a questão norteadora deste estudo, que é: Qual o papel da Tecnologia Social desenvolvida pelos Empreendimentos de Economia Solidária de Santana do Livramento/RS no processo de desenvolvimento local?

1.1 Objetivos

Visando responder à questão de pesquisa apresenta-se os objetivos geral e específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar o papel da Tecnologia Social desenvolvida pelos Empreendimentos de Economia Solidária no processo de desenvolvimento de Santana do Livramento/RS.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Descrever a Economia Solidária e os Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS.

- Caracterizar a Tecnologia Social como uma vertente da tecnologia de Santana do Livramento/RS.

- Identificar o desenvolvimento local a partir da Tecnologia Social nos Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS.

1.2 Justificativa

A relevância acadêmica pode ser justificada pela identificação e o reconhecimento recente da Tecnologia Social como uma alternativa a Tecnologia Convencional (RODRIGUES; BARBIERI, 2008). Trata-se de um tema embrionário, com carência de trabalhos acadêmicos voltados para a área, porém com um crescente interesse visto se tratar de um movimento contrário a Tecnologia Convencional e a economia formal. Percebe-se sua importância pelo fato que a TS possui características e ligação com a Economia Solidária e seus Empreendimentos de Economia Solidária.

Bem como, é importante o entendimento por parte da comunidade acadêmica, visto tratar-se de uma ferramenta que agrega conhecimento e informação, visando mudar a realidade (ITS, 2020). Com o estudo da TS para os EES de Santana do Livramento, toma-se posse do conhecimento e se utiliza-o para o benefício local, atendendo às necessidades, resolvendo problemas, e sem consequências negativas.

Ressalta-se que embora existam estudos sobre as Tecnologia Social desenvolvida pelos EES em outras localidades, tem-se uma lacuna acadêmica que se deve ao fato que, não existe nenhum estudo no município, mesmo este apresentando um histórico de vanguarda com a inauguração da primeira Casa de Economia Solidária do Rio Grande do Sul. Faz-se necessário o entendimento da identificação dos EES, descrição do perfil dos seus integrantes e caracterização da TS por estes utilizada.

Nota-se que se trata de um setor da economia invisível as políticas públicas, por serem empreendimentos informais. Por conseguinte, em localidades não industrializadas como é o caso de Santana do Livramento, que possui diversos EES, a TS contribui para a agregação de valor e incentiva o trabalho coletivo e a geração de renda.

O estudo insere-se na linha de Organização e Desenvolvimento, que tem como foco a compreensão de conceitos e as inter-relações com os indivíduos, organizações e ambiente, compreendendo os impactos das dinâmicas no desenvolvimento. Portanto, visualiza-se relevância em analisar o desenvolvimento local proporcionado pela Tecnologia Social dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Santana do Livramento. Bem como, a pesquisa

permitirá para o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Pampa o debate sobre o tema, expandindo o entendimento entre a comunidade acadêmica. O estudo irá estreitar os laços da Universidade com os EES, fato que poderá resultar em outras ações de pesquisa, bem como projetos de extensão.

Dagnino (2014), realiza uma crítica referente à necessidade de a carreira da comunidade acadêmica depender de onde estes publicam seus *papers*. Neste contexto, a Universidade se organiza, baseando suas decisões no prestígio de redes invisíveis, o que resulta em pesquisar um determinado tema e não outro, porém se corre o risco de formar alunos para o passado, não para o presente e o futuro. Trata-se da Universidade, sutilmente e naturalmente, baseada na suposta neutralidade da ciência, incentivar pesquisas no contexto socioeconômico que engendra a Tecnologia Convencional.

Destaca-se que o tema Tecnologia Social apresenta um número reduzido de publicações se comparado a grandes áreas como marketing, finanças, recursos humanos. Foi possível verificar em busca na base *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELLO), que se trata de uma biblioteca eletrônica que abrange periódicos científicos brasileiros, refinando a pesquisa pelo assunto Tecnologia Social, apenas 14 (quatorze) artigos foram encontrados (SCIELLO, 2019). Já na base de dados *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), que se trata de um repositório internacional de artigos científicos, na pesquisa pelo critério conter no título as palavras juntas Tecnologia Social, encontrou-se apenas 17 resultados (SPELL, 2019). O que demonstra uma lacuna de estudos para o PPGA, e representa uma vanguarda nas pesquisas.

Portanto, destaca-se a proeminência de se pesquisar um tema até então com poucas publicações e que apresenta lacunas de estudo. Mesmo não se tratando de um assunto em massa, mas que irá abordar problemas estruturais e soluções locais para o desenvolvimento do município de Santana do Livramento.

A relevância do estudo para o município de Santana do Livramento, é compreendida segundo Dagnino (2014), pelo fato que o objetivo das empresas não é gerar inclusão social, trabalho e renda, mas sim extrair mais valia dos trabalhadores e a geração de lucro para os proprietários. Neste contexto, o reflexo de tais ações é visualizado quando se analisa o ranking dos dados do estado do Rio grande do Sul, pois de uma totalidade de 497 municípios, Santana do Livramento se encontra na 207º posição do IDH e na 443º posição quando se refere ao Índice de GINI. Assim, com vistas às práticas capitalistas que dominam o cenário econômico e se pensando em reverter o quadro das mazelas sociais e degradação ambiental, a pesquisa sobre o tema irá contribuir para debater a TS do EES para o desenvolvimento local.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Santana do Livramento apresentava um salário médio mensal de 2,1 salários mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 19,1% o equivalente a 15.709 pessoas. Outro dado, é que 33,9% da população apresenta domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa (IBGE, 2020). Dados estes que podem ser amenizados para os indivíduos que se encontram a margem da economia ou que necessitam complementar a sua renda familiar, e tem essa oportunidade de melhoria ao fazer o uso ou aplicação da Tecnologia Social nos Empreendimentos de Economia Solidária.

A população de Santana do Livramento que se encontra à margem da economia ou com necessidade de complementação da renda familiar com este estudo poderão perceber novas oportunidades de melhorias e pensar em políticas públicas. Estes ganhos podem ser observados no estudo de Shinkawa e Meneghetti (2013), quando este apresenta exemplos de ganhos de renda e otimização dos meios de produção proporcionados pela utilização ou aplicação da Tecnologia Social, em pesquisa realizada com um EES denominado Grupo de Fabricação de Sabão Caseiro, que realiza a fabricação de sabão em pó a partir de óleo de cozinha doado pela comunidade local. Foi constatado que o emprego da TS a partir de sugestões “de dentro para fora”, isto é, com propostas de seus integrantes; e também sugestões “de fora para dentro”, isto é, de pessoas externa ao Grupo.

A pesquisa dos Shinkawa e Meneghetti (2013) ainda ressalta que uma TS pode ser adotada como política de Estado, devido ao respeito à política local, visto conflitar com os modelos destrutivos sociais e culturais. Além, de estimular a sociedade organizada através do associativismo e o cooperativismo, pois esses arranjos geram maior resultado local.

Ainda, observando a importância do estudo para o desenvolvimento local, Rutkowski (2005), ressalta que a TS ocorre pela interação entre os indivíduos, unindo a sabedoria popular e o conhecimento especializado. Proporcionando a inclusão social (DAGNINO, 2009). Portanto, o estudo da TS para os EES de Santana do Livramento, pode incentivar os saberes e cultura local, principalmente por estar fundamentada na participação dos indivíduos e também da comunidade, resultando em desenvolvimento. Como no município há diversos EES a serem pesquisados, que geram empregos e renda faz-se necessário averiguar a contribuição da Tecnologia Social desenvolvida nos Empreendimentos de Economia Solidária para o desenvolvimento local.

O interesse pelo tema por esta discente surgiu na graduação de Ciências Econômicas realizada na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), consolidou-se através do trabalho de conclusão de curso defendido em 2016 e sua continuidade se deu na Especialização em

Gestão Pública (UNIPAMPA). Bem como, a relevância pessoal se deve ao fato de proporcionar para esta acadêmica um entendimento crítico sobre o tema para o desenvolvimento local, e atender lacunas que foram identificadas nos estudos anteriores.

Anseia-se que essa pesquisa resulte na produção de um material científico e público que esteja ao alcance da sociedade e para os próprios indivíduos pertencentes aos EES. A dissertação poderá ser base para o pensar em políticas públicas locais. E, por se tratar de um tema recente, é um grande desafio para esta acadêmica.

Portanto, este estudo está estruturado com um referencial teórico elucidando a origem e evolução dos conceitos de Tecnologia Social, de Economia Solidária e de Empreendimento de Economia Solidária, e o que a teoria aponta como contribuição da Tecnologia Social para o desenvolvimento local. O arcabouço teórico permitiu a construção do método de pesquisa, que, devido à natureza do estudo foi tratado na forma de estudo de caso.

Realizou-se pesquisa de campo, através de entrevistas semi-estruturadas e observações participantes, sendo possível com os resultados constatar que a Casa de Economia Solidária e a Associação de Catadores Novo Horizonte aplicam/desenvolvem Tecnologia Social, tal fato contribuiu com melhorias para nas rotinas de trabalho e produção com baixo custo, agregação de valor ao produto/serviço de maneira sustentável, proporcionando inclusão social, e conseqüentemente fomentando a geração de emprego e renda. Portanto, os resultados demonstram a importância de se estimular os Empreendimentos de Economia Solidária, pois através da sua Tecnologia Social, irão contribuir para o desenvolvimento de Santana do Livramento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo apresenta o referencial teórico para fundamentação do tema de pesquisa. Parte-se da evolução do termo Tecnologia, da Convencional até a Social. As perspectivas da Tecnologia Social, através da apresentação de estudos acadêmicos e ações de atores sociais que visam melhorias para os indivíduos que se encontram em vulnerabilidade e o desenvolvimento de localidades.

A seguir, se apresenta uma revisão teórica sobre as noções de Economia Solidária e de Empreendimentos Econômicos Solidários. Busca-se abordar uma contextualização e definição à luz de autores que debatem e corroboram com o tema.

Considerando que a Tecnologia Social e a Economia Solidária, através de seus Empreendimentos, atuam contribuindo para o desenvolvimento local, faz-se necessária apresentar uma seção com a evolução do termo e suas implicações sobre o tema.

2.1 Economia Solidária e Empreendimentos de Economia Solidária (EES)

Neste tópico apresentam-se elementos teóricos de Economia Solidária, apresentando conceitos e suas diferentes terminologias. Aborda-se ainda a temática dos Empreendimentos de Economia Solidária com seus conceitos e contextos.

2.1.1 Economia Solidária: Conceitos Fundamentais

O cenário econômico apresenta-se com condições precárias de trabalho, devido à exploração da mão-de-obra e à maximização do lucro capitalista, segundo Shinkawa e Meneghetti (2013) são vivenciadas por uma significativa parcela significativa dos indivíduos o que resulta em desigualdades sociais e econômicas. Com a precariedade e a escassez dos meios de produção o sistema capitalista tornou-se dominante, e tomado por algo normal e natural pela sociedade (SINGER, 2002).

Neste contexto, as teorias neoliberais, promovem o empobrecimento, concentração de riqueza, exclusão, crise, desespero e guerra, pois validam o princípio do mercado total, a competição e fortalecendo os monopólios (CORRAGIO, 2002). Com este cenário de desigualdade e escassez dos meios de produção, deu-se origem a grupos com pensamentos contrários (GAPI, 2006), e uma alternativa à ideologia capitalista, segundo Corragio (2002),

pode ser centrada na reprodução do trabalho e não apenas na acumulação de capital, propondo-se assim, que uma outra economia é possível, emergindo a Economia Solidária.

O surgimento da Economia Solidária, para Pitagari (2010, p. 20) “deve-se às contradições do modo de produção capitalista, em particular o crescimento da pobreza e da miséria como corolário da acumulação de capital e do desenvolvimento econômico”. Tem-se com a ideologia da Economia Solidária a possibilidade da realização de arranjos sociais que promovam a valorização e o desenvolvimento da figura humana, com a utilização de materiais e conhecimentos que satisfaçam o coletivo, e em harmonia com meio-ambiente (CORRAGIO, 2002).

Para o entendimento da importância da Economia Solidária se faz necessário compreender que existem diferenças terminológicas quanto ao tema estudado, onde cada autor assume para si uma dessas terminologias. Ressalta-se que no Brasil usualmente utiliza-se Economia Solidária; na Itália, na França e nos países nórdicos é chamada de Economia Social; na Argentina conceitua-se de Economia Popular; e ainda o autor José Luis Coraggio aborda como Economia do Trabalho (SABATÉ, 2002).

Nunes (2002) aborda a temática da Economia Solidária chamando-a de socioeconomia solidária. No entanto, a autora destaca que é usual entre os estudiosos chamar de economia solidária, economia popular, economia da prosperidade, economia do trabalho, economia dos setores populares, humano-economia, economia da comunhão, e ainda economia do feminino criador.

As conceituações sobre o que é Economia Solidária e as implicações no desenvolvimento socioeconômico não são consenso entre os autores. Para Laville e França (2004, p. 107):

A economia solidária não constitui, todavia, uma nova forma de economia que viria acrescentar-se as formas dominantes de economia, mercantil e não mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terceirização das atividades econômicas.

Diferentemente de Laville e França (2004), que não pensa a Economia Solidária como uma forma de superação ao capitalismo, Singer (2002) afirma se toda economia fosse solidária, a sociedade seria menos desigual e cooperando-se entre si, tem-se um modo de produção que vai em oposição ao capitalismo, que só produz desigualdades. Corroborando para Schiochet

(2012, p. 24) o conceito é “utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão”.

Economia Solidária para Kapron (2002) trata-se de uma prática e não apenas uma teorização, e é parte da luta dos trabalhadores pela sua sobrevivência, devido à incapacidade do mercado garantir uma produção e uma distribuição. Sendo que o desenvolvimento concorrencial tem duas faces “[...] de um lado a concentração, de outro, a exclusão” (KAPRON, 2002, p. 48). Os integrantes, neste caso ao invés de competirem, eles cooperam entre si. Contudo, “a solidariedade na economia só pode realizar-se sendo organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar” (SINGER, 2002, p. 9).

Com o conceito de solidariedade na economia, quebra-se um dos paradigmas do capitalismo, que se trata da presença clara do chefe e seus empregados. O que ocorre agora são “[...] associações entre iguais em vez do contrato entre desiguais”, como aponta Singer (2002, p. 9), sendo os lucros e/ou prejuízos divididos igualmente.

Neste contexto, salienta-se a diferenciação onde na Economia Capitalista a administração é dotada para a competição e objetiva o lucro; enquanto que na Economia Solidária tem-se uma gestão onde os empreendimentos para a capacidade econômica são constituídos de forma democrática e socializante (SCHIOCHET, 2002). Para Dagnino (2014), a inclusão de milhões de desempregados à Economia Solidária, gera bens e serviços, vagas de trabalho, renda, sem as consequências do lucro empresarial. E o autor complementa, que a ES é potencial para inclusão socioeconômica.

No mundo, na história das sociedades capitalistas, tem-se a Grã-Bretanha, com a primeira iniciativa de um sistema contrário ao capitalismo, indo ao encontro do solidário. Essa, partiu do empresário Roberto Owen, que proporcionou aos seus funcionários um tratamento mais generoso, com redução de jornada de trabalho e outras vantagens, e teve como resultado um aumento da produtividade, a posterior ele construiu aldeias cooperativas autogestionárias, conhecida como experiência de *New Harmony*, como aborda Pitaguari (2010).

No Brasil, com base em Singer (2012), a Economia Solidária, surgiu no início do século XIX, junto ao capitalismo industrial, através dos operários como uma resposta a pobreza e ao desemprego, devido à expansão tecnológica das máquinas e do motor a vapor. Tratou-se de uma resposta dos operários à crise vivenciada, resultante da estagnação econômica, bem como a reorganização do processo capitalista de acumulação (SCHIOCHET, 2012).

Nesta etapa histórica do cenário brasileiro, a Economia Solidária emerge em resposta à grande crise de 1980, e em meio pedidos de concordata e processo falimentar de grandes indústrias, como aponta Singer (2012), sendo necessária a compreensão que a renda da

produção se trata de um bem público, devendo ser distribuído e apropriado solidariamente; e, portanto, necessita-se de uma rede dos setores sociais, e não apenas uma solidariedade na produção (KAPRON, 2002).

Com o fechamento das indústrias e o desemprego em massa que envolveu o Brasil, durante os anos de 1980 e 1990, a Economia Solidária, na visão de Singer (2012), apresentou-se como uma das possibilidades. O desemprego é “parte integrante da estrutura da sociedade capitalista, mas o trabalho não deixou de ser um importante elemento da coesão social” (PINTAUDI, 2002, p. 11).

Portanto, a Economia Solidária, seria uma alternativa para o atual cenário de desemprego, sendo assim, as políticas públicas de Economia Solidária são pensadas nos indivíduos que foram excluídos do mercado de trabalho (CHRISTOFOLETTI, 2002).

Neste cenário de desemprego das localidades, verificando que o trabalho tem tornando-se escasso, estas passam a desenvolver uma economia social, como indica Pintaudi (2002). E, assim com um movimento global, explorar e valorizar as heterogêneas raízes culturais conforme Coraggio (2002). De maneira, a resgatar o princípio da solidariedade e desenvolvê-lo junto à população, o que não é uma conquista de um dia para outro (SABATÉ, 2002).

Nota-se, na visão de Singer (1999, p. 138), que:

A Economia Solidária [...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, [...] permitirá [...] dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva.

Portanto, a Economia Solidária no Brasil surgiu como uma alternativa ao desemprego em massa e exclusão social, porém, atualmente, outros fatores que a impelem é a expansão do conhecimento sobre a Tecnologia Social, econômica e jurídica de implementação, como se vê em Singer (2012). O autor ressalta que a Economia Solidária firmou sua identidade, com capacidade de estruturar-se e promover o desenvolvimento local, regional e nacional.

A Economia Solidária não se refere a uma proposta antimercado ou anti-Estado, pois conforme Coraggio (2002, p.18), a escala das trocas para a sustentabilidade é possível ser atingida “apenas mediante mercados regulados e liberados do monopólio”, assim é “preciso competir pelas vontades e pelos recursos dessa nova economia orientada pelos princípios morais alicerçados na solidariedade”. Por princípio, a Economia Solidária ao contrário do capitalismo, nega a dicotomia entre trabalho e a posse dos meios de produção (BAFFI, 2008).

Trata-se de uma fase de transição, em que se deve romper com as antigas noções e conceitos, para dar lugar a enfoques renovadores, com capacidade de aproveitar o lado positivo da evolução histórica (SABATÉ, 2002). Assim, a nova essência é composta por “relações de produção que trazem a inovação de estarem centradas na valorização do trabalho e do trabalhador e não do capital” (KAPRON, 2002, p. 49).

Não se deve apenas qualificar esse novo setor, com uma administração autogestora que vá de encontro ao desemprego sistêmico, mas, sim, pensar-se como uma alternativa de emancipação do trabalho assalariado, conforme Nunes (2002). Pois se passa a dar ênfase no trabalho, e não apenas ao capital, o que também é um indicativo da possibilidade de trabalhar, organizar a economia, e satisfazer necessidades, não de maneira competitiva, mas, sim, cooperativa, tendo-se assim uma ruptura cultural (KAPRON, 2002).

Segundo Coraggio (2002), a Economia Solidária, não se trata de uma utopia, mas sim de um mundo possível, com base na consolidação, promoção, potencialização e enriquecimento humano de realidades já existentes. E, as atividades solidárias surgem como alternativa para enfrentar um mundo marcado pelo patriarcalismo, capitalismo e assistencialismo, através do incentivo e valorização das riquezas culturais, mão de obra e matéria-prima locais, favorecendo o desenvolvimento de localidades não industrializadas.

E neste contexto, Christofolletti (2002), estão presentes na Economia Solidária conceitos como autogestão, coletividade, solidariedade, planejamento, cooperação, democracia, participação e, na concepção deste autor, indicam uma nova forma de organizar a economia, centrada em novos valores, e que se mostrou já viável em inúmeros lugares, socialmente justa, e ecologicamente sustentável.

Quadro 1 – Principais características da Economia Solidária

	Características	Fontes
Economia Solidária	Autogestora	Nunes (2002)
	Solidária	Kapron (2002)
	Socialmente justa	Christofolletti (2002)
	Democrática	Christofolletti (2002)
	Cooperação entre os sujeitos	Christofolletti (2002)
	Sustentável	Coraggio (2002)
	Planejamento	Christofolletti (2002)
	Ênfase no trabalho, não no capital	Kapron(2002)
	Valorização do trabalhador	Kapron (2002)

	Participação coletiva	Christofoletti (2002)
	Ecológica	Christofoletti (2002)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Christofoletti, (2002); Coraggio (2002); Nunes (2002).

No Quadro 1, busca-se resumir as principais características da Economia Solidária a luz de diferentes autores abordados nessa seção. Tais, características são fundamentais para prestar apoio, preparar projetos e dar capacitação, diferentes atores sociais tais como: as ONGs, as organizações de apoio das igrejas, as fundações com fins humanitários, os centros de investigação universitários com vocação multidisciplinar (SABATÉ, 2002).

De face das conceituações abordadas nesta seção, adota-se nesta pesquisa, o conceito de Economia Solidária. Sendo, que está não é pensada apenas na América Latina, mas em todo mundo e está presente em autores como Jean-Louis Laville na França, no Brasil destacam-se Paul Singer, José Luiz Coraggio, Luiz Inácio Gaiger, entre outros.

Pode-se dizer que a transformação do cenário mundial, substituiu o trabalho artesanal pelas máquinas; contudo, agora se vive um retorno às origens em busca de uma nova Economia, com um novo viés de desenvolvimento e estas iniciativas se consolidam através de Empreendimentos de Economia Solidária que será abordado no próximo sub tópico.

2.1.2 Empreendimento de Economia Solidária

No contexto histórico, cuja incapacidade da estrutura de mercado em atender a satisfação das necessidades da sociedade, conduziu para a prática e organização de associações de bairro, de pessoas da periferia, daqueles que buscavam viver da reciclagem, das mulheres com dificuldades em se inserir no mercado de trabalho e até grupos de trocas, unindo-se para a geração de renda através de uma organização cooperada (KAPRON, 2002).

Kapron (2002) ressalta que a existência de outras formas recentes de organização, que englobam os trabalhadores que, de forma cooperada e autogestionada, assumem uma determinada produção da qual eram empregados antes que estas entrassem em falência, por questões conjunturais de mercado ou pela incapacidade de gestão dos empresários.

Portanto, a Economia Solidária cria forma sob o arranjo de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que são organizações caracterizadas da seguinte maneira, conforme a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES (2006, p.13):

- a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.;
- b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Nas palavras de Icaza (2004, p. 47), “os empreendimentos econômicos solidários são portadores de novos processos de inserção social e de desenvolvimento local e há uma importante dinâmica de expansão e articulação dessas experiências”. E tendo a Economia Solidária, surgido dos movimentos sociais, esta vai se politizando, na busca por dar visibilidade pública acerca das identidades coletivas, como por exemplo, através dos seus empreendimentos solidários, traduzindo as carências destes na forma de direitos, organizando fóruns, redes, mobilizando e aglutinando esforços por meio de reivindicações de políticas públicas (SCHIOCHET, 2012).

Portanto, os Empreendimentos Econômicos Solidários, “são organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados” (SENAES, 2013, np). As experiências dos Empreendimento de Economia Solidária, encontram-se basicamente em quatro princípios, como pode ser visto em SENAES (2013, np),

- a) *Cooperação*: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares;
- b) *Autogestão*: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação;
- c) *Dimensão Econômica*: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito,

comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;

d) *Solidariedade*: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Historicamente, tem-se que as iniciativas de Economia Solidária surgiram no mundo, mais especificamente na Inglaterra, em 1844, através da primeira cooperativa de trabalhadores, fundada por aproximadamente 28 (vinte e oito) artesãos (CHISSANCHO; USSENE, 2015).

No Brasil, as cooperativas surgiram com a colonização portuguesa, emergindo com o Movimento Cooperativista Brasileiro no século XIX, incitado por funcionários públicos, operários, militares e profissionais liberais, na luta por melhores condições trabalhistas (OCB, 2016).

O Movimento Cooperativista Brasileiro teve seu marco em 1889, com a criação da cooperativa de consumo, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, localizada em Ouro Preto/MG (OCB, 2016).

Abordando-se as cooperativas, através da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, definiu-se a Política Nacional de Cooperativismo, instituindo o regime jurídico das sociedades cooperativas (BRASIL, 1971). A Lei que definiu a criação das cooperativas, contudo restringia a autonomia dos associados, interferindo no funcionamento do EES, porém com a Constituição de 1988, esta limitação foi superada, proibindo à interferência do Estado nas associações, iniciando-se o processo de autogestão das cooperativas (OCB, 2016).

As atividades de Economia Solidária, no Brasil, datam de meados da década de 1980, ampliando-se nos anos de 1990, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pelo Decreto 5.063, de 08 de maio de 2004, após a eleição do presidente Lula em 2002.

O cooperativismo brasileiro, a partir 1995, ganhou o reconhecimento internacional, e em 1998 surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), através da Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, sendo responsável pela capacitação dos cooperados brasileiros, e posterior pelo Decreto 3.017, de 6 de abril de 1999 que aprovou o Regimento do SESCOOP (OCB, 2016).

Em 19 de julho de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.690, vindo para complementar no texto que não colidir com a anterior, conhecida popularmente por ser a Nova Lei das Cooperativas de Trabalho (BRASIL, 2012).

Portanto, as cooperativas consolidaram-se no Brasil como uma forma de associação devidamente organizada de pessoas com o intuito de autoajuda, com propósitos econômicos e sociais, sendo que é previsto “um vínculo mediante o qual os associados se ajudam mutuamente, com eficiência, oferecendo bens e serviços de qualidade”, como aponta Pinho (1984 apud SILVA, 2001, p. 15). Ressalta-se que o cooperativismo no Brasil, entrou no século XXI enfrentando diversos desafios, dentre estes o da comunicação, pois almeja ser reconhecido como um sistema forte e integrado na luta pela melhoria da economia do país (OCB, 2016).

No Rio Grande do Sul, em 1902, surgiram as cooperativas de crédito, devido à iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt. Logo, em 1906, surgiram as cooperativas agropecuárias, idealizadas por produtores rurais. E, em 2 de dezembro de 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), representante das cooperativas no Brasil (OCB, 2016).

Na última década, a Economia Solidária, através de seus Empreendimentos Econômicos, conquistou importante espaço no Brasil, a seguir, trazem-se dados que de acordo com o Mapeamento Nacional de Empreendimento Econômicos Solidários, realizado pela SENAES, e que resultou no Atlas Digital de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), serviu para a identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários do país.

Tabela 01 – Número Total de Empreendimentos Econômicos Solidários, Brasil, 2013

Região	Nº EES	%
Nordeste	8.040	40,8
Sul	3.292	16,7
Sudeste	3.228	16,4
Norte	3.127	15,9
Centro-Oeste	2.021	10,2
Total	19.708	100%

Fonte: SENAES - SIES, Base atualizada (2013).

De acordo com a Tabela 01, apresentam-se os dados segregados por região relativos ao quantitativo de EES, e é possível visualizar que a Região Nordeste, situa-se no topo do

ranking, seguido da Região Sul com 3.292 empreendimentos. A Região Sul demonstra uma representativa no cenário nacional quando se trata de empreendimentos solidários.

Tabela 02 – Número Total de Sócios/as nos EES na Região Sul, 2013

Sexo	Quantitativo	%
Feminino	135.216	32,8
Masculino	277.442	67,2
Total	412.658	100,0

Fonte: SENAES - SIES, Base atualizada (2013).

Conforme a Tabela 02, apresenta-se os dados da Região Sul, onde a maioria dos associados nos EES são homens 67,2%, sendo mulheres 32,8%, com um quantitativo total de 412.658 pessoas sócios/as na região sul.

Dentre os EES, as espécies associativas previstas no ordenamento jurídico brasileiro, de organizações não lucrativas, são constituídas sob as formas de: fundações públicas ou privadas, associações ou sociedades civis, cooperativas e cooperativas sociais.

Segundo Singer (2004), frente à crise do trabalho, e com a geração de cooperativas, surgem empregadores inescrupulosos que se utilizam de falsas cooperativas, para explorarem os trabalhadores, sonhando-lhes encargos trabalhistas. Nas palavras do autor a precarização do trabalho não é culpa das cooperativas, mas sim, do grande número de desempregados, que se dispõem a trabalhar sob quaisquer condições de remuneração.

Corroborando Pinto (2004), reforça que se encontra pelo país empresas que objetivam burlarem as obrigações trabalhistas. Considerando que de acordo com a legislação prevista, nas palavras do autor “não há caracterização de vínculo empregatício do cooperado com a cooperativa e nem com o contratante dos serviços desta”, como destaca Pinto (2004, p. 18).

É preciso considerar que é através do caráter recíproco do ato cooperativo, conforme Schiochet (2012), que se dá a especificidade da Economia Solidária, em contrapartida à concorrência mercantil, sendo que neste ato fundamenta-se a autogestão coletiva, e que configura o conjunto de direitos e obrigações que os sócios assumem para consigo e entre eles e o empreendimento.

Souza (2003), ressalta que é considerável o número de associações que não se transformava em cooperativas, devido à lei brasileira impor para a formação um número mínimo de 20 pessoas. Muitas delas são hoje grupos de igreja, grupos informais, alguns se vinculam a alguma instituição e produzem alimentos caseiros, artesanatos, entre outras

atividades em pequena escala. Contudo, com a nova Lei das Cooperativas de Trabalho, uma das modificações, se trata da redução do número mínimo de associados que passou a ser de 7 (sete) sócios.

Uma das atividades da SENAES, foi desenvolver ações que contribuíssem para o desenvolvimento da ES, entre as ações está o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). O SIES constituindo-se de um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil (SENAES, 2006). Assim, entre os anos de 2009-2013 ocorreu o II Mapeamento de Economia Solidária. Assim, apresenta-se a seguir, segregando por região geográfica, o quantitativo de EES, por forma de organização, sendo estas: grupo informal, associação, cooperativa, e sociedade mercantil.

Analisando a Tabela 03, é possível se constatar que a Região Sul, encontra-se no topo do ranking no que se refere às Cooperativas e as Sociedades Mercantis. Bem como, o Rio Grande do Sul apresenta diversas cooperativas tais como: empresas metalúrgicas com 120 cooperados, indústria de álcool com 300 trabalhadores diretos, e mais de 700 indiretos de acordo com Kapron (2002), sendo que depois desse mapeamento não ocorreu mais ações dessa natureza. Um dado importante, no contexto do Rio Grande do Sul que por ser responsável por mais de 90% da produção de lã do país, e esse setor ser fonte de sustento para centenas de famílias, a lã é um produto gaúcho de altíssima qualidade e muito usado para a produção de peças artesanais (DIAS; ANICET; STEFFEN, 2015).

Tabela 03 – Empreendimentos Econômicos Solidários por Forma de Organização, Brasil, 2013

	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade Mercantil	Nº EES
Nordeste	1.675	5.969	368	28	8.040
Sul	1.450	1.194	606	42	3.292
Sudeste	1.567	1.309	318	34	3.228
Norte	802	2.044	273	8	3.127
Centro-Oeste	524	1.307	175	15	2.021
Total	6.018	11.823	1.740	127	19.708

Fonte: SENAES - SIES, Base atualizada (2013).

Pitaguari (2010), ressalta que boa parte das cooperativas do mundo, não podem ser entendidas como solidárias, por apresentar a características apenas no relacionamento dos sócios entre si, sendo uma prática usual o assalariamento.

Leva-se para os trabalhadores inseridos neste novo modelo, a necessidade de formação e educação para a autogestão, através da reflexão de como fazer gestão coletiva em um empreendimento, que não se tem mais a presença de um patrão, e onde todos participarão, e compreenderão o todo da produção, do gerenciamento, da relação com o mercado, e da organização com a gestão de produção (KAPRON, 2002). Trata-se uma grande ruptura de paradigmas.

A autogestão “é considerada o ingrediente chave que define o campo da Economia Solidária” sendo em linhas gerais relacionadas ao “[...] desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços de produção e da sociedade geral” (SARDÁ; NOVAES, 2012, p. 155). A autogestão é considerada peça fundamental para esse campo, conforme Sardá e Novaes (2012).

O pensar em gestão na Economia Solidária para os EES, como indica Kapron (2002, p. 57), “significa romper os círculos que impedem que a mais-valia, o produto gerado pelos trabalhadores seja apropriado por eles, formando um fluxo que acaba na concentração pelas empresas”. Na visão do autor acima, as cooperativas, não eliminam por si só a exploração da mais-valia, pois ela está enraizada em toda a cadeia produtiva.

Pensando-se em gestão em Economia Solidária tem-se a presença de Associações/Cooperativas para coleta seletiva. Importante salientar projeto existente que contempla a inclusão socioeconômica de uma associação de catadores, através da coleta seletiva solidária, sendo um importante aliado na superação da invisibilidade dos catadores (as). Essa inclusão favorece a prestação do Serviço Público de Limpeza Urbana e também aos catadores (as) que estão norteados pelos princípios da autogestão e da economia solidária (BUNDE; COSTA; SILVA, 2019).

Sobre a materialização da Economia Solidária, tem-se muito presente atividades relacionadas a produção artesanal. Onde, o artesanato é, “antes de tudo um bem imaterial, pois sua riqueza encontra-se no conhecimento do artesão para produzi-lo, adquirido de seus semelhantes, e cujo legado é composto de representações e significados próprios para cada comunidade onde o mesmo é manufaturado” (HORODYSKI, 2006, p.16).

Pensando-se nas práticas de autogestão dos EES, Dagnino (2014), ressalta necessidade de adequar a Tecnologia Convencional, para além dos critérios técnico-econômicos usuais, utilizando-se de processos de produção de bens e serviços que otimizem os fatores sociais,

econômicos e ambientais. Ainda na visão de Dagnino (2014), tal conjunto de considerações, será possível com o uso da Tecnologia Social, modo autogestionário e propriedade coletiva. Assume-se, que a TS é a tecnologia que necessitam os EES para se tornarem sustentáveis.

Então, a ligação entre Economia Solidária, através de seus Empreendimentos, e da Tecnologia Social, gera “maior, eficiência, eficácia e efetividade aos processos que dizem respeito à interface Estado-sociedade”, como esclarece Dagnino (2012, p. 241), sendo estes os três conceitos utilizados para avaliar as políticas públicas. Consequentemente, a determinação da agenda de políticas públicas, irá definir o rumo do desenvolvimento local. Portanto, no tópico seguinte se abordará a evolução do termo desenvolvimento e implicações para o tema.

2.2 Vertentes da Tecnologia: Convencional, Apropriada e Social

O termo tecnologia, é compreendido como a “ciência ou teoria da técnica” (SANDRONI, 1999, p.593), e “abrange conhecimentos aplicados pelo homem com o objetivo de atingir determinados fins” (SANDRONI, 1999, p.594).

Neste contexto, segundo Sandroni (1999, p. 593) entende-se a palavra técnica como o “[...] conjunto de processos mecânicos e intelectuais pelos quais os homens atuam na produção”, e a partir do momento que se assimila a técnica, passa-se a ter o domínio da natureza, e está se manifesta por instrumentos aperfeiçoados (ferramentas, máquinas, etc.). Portanto, com a evolução da Tecnologia Convencional, em economias capitalista, resulta em um cenário onde o homem deixa de ser necessário para a execução de muitas atividades.

A Tecnologia Convencional (TC) é estritamente relacionada ao sistema econômico, pois uma atividade capitalista utilizando-se desta, com foco no lucro máximo, acúmulo de capital, não considera como fator determinante que o resultado possa gerar mais desemprego, fruto da troca dos empregados pela tecnologia (NEVES, 2009).

Corroborando, de acordo com Dagnino (2014), considera-se a TC como geradora de desemprego, pela característica de poupar a mão de obra, visto ser um fator conveniente para as empresas, por diminuir os custos com empregados e/ou reduzir o tempo necessário para a produção das mercadorias. Porém, ainda com base no autor acima, esse fator vai além, pois a tecnologia maximiza a produção em relação à ocupação da mão de obra, pois, consegue por exemplo, minimizar à mão de obra em uma proporção superior do que minimiza sua produção, tornando-a mais produtiva.

A literatura apresenta a TC com diferentes atribuições, para alguns autores é responsável pela inclusão digital e a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, enquanto para

outros é apontada como fonte de desigualdade social (GAPI, 2006). Portanto, são pontos antagônicos sendo sua criação e aplicação, relacionada ao modo como é realizada sua apropriação pelos indivíduos (SHINKAWA; MENEGHETTI, 2013).

O capitalismo por não considerar a deterioração do meio ambiente, torna a TC ambientalmente insustentável, além de forçar os trabalhadores a operarem uma tecnologia repetitiva e insalubre por anos, bem como, utiliza de insumos sintéticos ambientalmente problemáticos. Destaca-se, a existência de um compasso que é dado pela máquina do momento da produção e não pelo trabalhador, fato que decorre de controles que forçam a uma produção contínua (DAGNINO, 2014).

A TC contribui para perpetuar e ampliar as assimetrias nas relações envolvendo aspectos sociais e políticos, pois submete os trabalhadores aos empregadores possuidores dos meios de produção, bem como a submissão de países subdesenvolvidos aos desenvolvidos. Para Gapi (2006, p.10), “[...] a tecnologia que conhecemos (Tecnologia Convencional) incorpora na sua construção os valores e interesses relacionados ao sistema socioeconômico em que vivemos; o que a torna, quase sempre, uma geradora de exclusão”.

A tecnologia pode criar um distanciamento/exclusão entre os que possuem acesso as suas modernas concepções e aos que participam do progresso tecnológico (SHINKAWA; MENEGHETTI, 2013). Visto que, “[...] as tecnologias não são simples ferramentas neutras, mas construções sociais que possuem características influenciadas pelos valores e interesses presentes no ambiente em que são concebidas” (GAPI, 2006, p. 10).

Dagnino (2004), também aborda a Tecnologia Convencional, com aspectos eficientes para os propósitos capitalistas e que limitam a inclusão social, tais como, a maximização do lucro privado, efeitos sobre o trabalho, escala de produção ótima, efeitos ao meio ambiente, características dos insumos, acelerado ritmo de produção, controle sobre os empregados, entre outros.

Tem-se com a TC uma escala ótima de produção crescente, pois a cada nova tecnologia, a produção tem escala maior. E, nesse ponto o pequeno empresário tem desvantagem no momento de adquirir um novo recurso, frente as grandes empresas, sendo um fator que impedimento de competitividade. Trata-se, portanto, de uma tecnologia não adequada para a inclusão social, devido aos seus propósitos de maximização de lucro (DAGNINO, 2014).

Outra característica da TC é pelo seu caráter segmentado, por não permitir o controle do produtor direto no processo de trabalho, sendo necessária a presença de um patrão. Trata-se de ser alienante por não utilizar a capacidade do produtor direto, e é determinada pelo mercado

de alta renda, no caso países avançados que dominam a produção das novas tecnologias, sendo monopolizada por grandes empresas que produzem para as classes ricas (DAGNINO, 2014).

Percebe-se que nas instituições públicas geradoras de conhecimento científico e tecnológico, como por exemplo as universidades, não estão preparadas para o desenvolvimento de tecnologias que viabilizam a inclusão social e a sustentabilidade de empreendimentos autogestionários (DAGNINO, 2014).

Portanto, a TC pode ser entendida, como poupadora de mão de obra, fato este que, no cenário capitalista possibilita a maximização do lucro. Possui escalas ótimas de produção sempre crescentes, o que prejudica os pequenos empresários no cenário competitivo. É uma tecnologia intensiva na utilização de insumos sintéticos produzidos por grandes empresas, o que se torna um problema ambiental e leva o pequeno empresário a dependência.

Analisando o contexto histórico, onde se faz necessária a quebra de paradigmas e o pensar em opções sustentáveis para o desenvolvimento econômico, de acordo com Rodrigues e Barbieri (2008) nas décadas de 1960 e 1970, surgiram diversas concepções tecnológicas, denominadas então de Tecnologias Apropriadas (TA), estas apresentavam-se como uma alternativa às convencionais e dominantes. Dentre os motivos para o seu surgimento pode-se destacar o desencanto e o ceticismo em relação aos rumos do desenvolvimento.

Sobre essa nova concepção tecnológica, muitos autores a utilizaram inicialmente com propostas e denominações diferenciadas, Dickson (1974) denominava de tecnologia alternativa, Clarke (1976) de tecnologia suave, Willoughby utilizou expressões como tecnologia ambientalmente saudável, comunitária, de baixo custo, da era solar, do terceiro milênio, participatória, progressiva, com face humana, entre outras” (RODRIGUES; BARBIEIRI, 2008).

Ainda, segundo Brandão (2001, p. 13), a Tecnologia Apropriada, na literatura é abordada com outras denominações, tais como:

[...] tecnologia utópica, tecnologia intermediária, tecnologia adequada, tecnologia socialmente apropriada, tecnologia ambientalmente apropriada, tecnologia adaptada ao meio ambiente, tecnologia correta, tecnologia ecológica, tecnologia limpa, tecnologia não-violenta, tecnologia não-agressiva ou suave, tecnologia branda, tecnologia doce, tecnologia racional, tecnologia humana, tecnologia de auto-ajuda, tecnologia progressiva, tecnologia popular, tecnologia do povo, tecnologia orientada para o povo, tecnologia orientada para a sociedade, tecnologia democrática, tecnologia comunitária, tecnologia de vila, tecnologia radical, tecnologia emancipadora, tecnologia libertária, tecnologia liberatória, tecnologia de baixo custo, tecnologia da escassez, tecnologia adaptativa, tecnologia de sobrevivência e tecnologia poupadora de capital.

Schumater (1979, p. 163) utilizou o conceito de tecnologia intermédia, ou ainda podendo ser chamada de tecnologia de autoajuda, tecnologia democrática ou do povo, “para significar que ela é infinitamente superior à tecnologia primitiva de eras passadas, mas, ao mesmo tempo, muito mais simples, mais barata e mais livre que a super tecnologia dos ricos”.

Segundo Bradão (2001), as diferentes concepções utilizadas para denominar a Tecnologia Apropriada, devem-se pela tentativa de já na sua origem diferencia-las da TC, ou seja, daquela com uso intensivo de capital, poupadora de mão-de-obra e com transferência massiva de tecnologia de grande escala.

Esse movimento surgiu para discutir a tecnologia dentro de outros aspectos, com considerações mais amplas que a abordagem da época, que prevalecia a questão econômica sob a ótica do capitalismo, como abordam Rodrigues e Barbieri (2008). Visava minimizar os efeitos da produção pelas massas, combinando aspectos das tecnologias tradicionais com as avançadas, e de maneira compatível com o meio ambiente (SCHUMATER, 1979).

Para Dagnino, Brandão e Novaes (2004) a usual TA no Ocidente, é originária na Índia do final de século XIX, devido aos pensamentos de Gandhi, um dos principais mestres daquela sociedade. Um dos atos de Gandhi entre 1924 e 1927, e que foi reconhecido como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, trata-se de “construir programas, visando à popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar” (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 5).

O equipamento denominado de Charkha, significou uma forma de lutar contra a injustiça social e o sistema de castas que a perpetuava na Índia. Esse fato trouxe uma nova consciência aos indianos, a necessidade de autodeterminação do povo e renovação da indústria, fato traduzido pela sua cunhada frase: “Produção pelas massas, não produção em massa” (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Schumacher (1979) em sua obra debate diferentes dimensões de ver e pensar a tecnologia, trazendo uma visão que para a continuação econômica será necessária uma nova orientação da ciência e da tecnologia, de forma a buscarem soluções que não agridam o meio ambiente. Segundo o autor “a sabedoria exige uma nova orientação da ciência e da tecnologia para o orgânico, o suave, o não-violento, o elegante e o belo” (SCHUMATER; 1979, p.32). As obras de Schumater são reconhecidas como um marco na evolução da Tecnologia Apropriada (RODRIGUES; BARBIEIRI, 2008).

Portanto, a TA teve muito do seu desenvolvimento marcado pelos estudos de pesquisadores de países avançados, o que resultou em artefatos tecnológicos, que objetivam

reduzir fatores como a pobreza de países subdesenvolvidos, preocupados com as questões ambientais (SHINKAWA E MENEGHETTI, 2013).

Dentre as características da Tecnologia Apropriada pode-se destacar, conforme Dagnino (2009, p. 23):

[...] a participação comunitária no processo decisório de escolha tecnológica, o baixo custo dos produtos ou serviços finais e do investimento necessário para produzi-los, a pequena ou média escala, a simplicidade, os efeitos positivos que sua utilização traria para a geração de renda, saúde, emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação, relações sociais, meio ambiente (com a utilização de recursos renováveis).

Para Rodrigues e Barbieri (2008), o surgimento da TA proporcionou um debate envolvendo desenvolvimento nacional, contribuindo para a luta de libertação de diversos países, com destaque para a Índia. A TA colaborou para mitigar os problemas de pobreza com tecnologias de baixo impacto, porém não conseguiram reduzir as explorações de recursos naturais exercido pelos países desenvolvidos.

As críticas a Tecnologia Apropriada e a sua não efetivação, segundo Dagnino (2009), deve-se fato que os seus pesquisadores não se encontravam situados nos países subdesenvolvidos, que seriam os maiores beneficiados. Para o autor, os indivíduos excluídos e menos favorecidos, para que seus interesses fossem contemplados pela TA, deveriam participar do seu processo criatório. Pois, “a inovação não pode ser pensada em algo feito num lugar e aplicado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que irão utilizá-las” (DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2004, p. 56).

Contudo, a TA em suas diferentes correntes, não conseguiu praticar suas ideias, visto não ter explicado como deveria se dar a organização do processo, tratava-se conforme os autores ressaltam de um produto e não de um processo. Assim, quando a ênfase no processo de produção da tecnologia passou a ser o central, surgiu o próximo conceito, que é o da Tecnologia Social (RODRIGUES; BARBIEIRI; 2008).

Com a perda de forças da TA na década de 1980 devido aos fatores da globalização; porém com os resultados desastrosos desde a exclusão social, degradação do meio ambiente, fez com que o movimento ressurgisse agora denominando-se Tecnologias Sociais.

Neste contexto, a Tecnologia Social apresenta-se objetivando reverter esse quadro (DAGNINO, 2010). Entende-se a TS como alternativa antagônica a TC, e uma evolução aprimorada da TA (RODRIGUES; BARBIEIRI; 2008).

No próximo capítulo abordaremos a Tecnologia Social, contudo faz-se necessário partir do pressuposto que autores como Dagnino (2010) a julgam como o oposto a Tecnologia

Convencional ou Capitalista (TC), ou seja, por negação e exclusão chega-se ao conceito de TS. Para este autor, trata-se de tecnologias utilizadas por empresas privadas, que não são adequadas a inclusão social.

Assim, em uma economia com recursos finitos contrapondo-se a necessidades humanas infinitas, com uma sociedade atualmente preocupada com a escassez, voltou-se a buscar alternativas para mudar os rumos das mazelas sociais que comprometem a sobrevivência no planeta. Neste contexto começa-se a ter uma padronização do termo, utilizando-se Tecnologia Social, ao qual traz-se suas conceituações no olhar de diferentes autores.

2.2.1 Tecnologia Social: conceitos e características

A Tecnologia pode ser conceituada, como sendo o “resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho no qual, em geral, atuam também outros atores sociais que se relacionam com artefatos tecnológicos visando à produção” (DAGNINO, 2009 p.140). Porém pode-se dizer que o conceito ultrapassa a definição de equipamentos, pois engloba a vida social de diferentes situações (TARJA, 2012). A ligação dos termos Tecnologia e Social disponibiliza um conjunto de conhecimentos, processos e métodos, para a sociedade, objetivando efetivar e expandir os direitos (MOURÃO, 2016).

A Tecnologia Social (TS) é uma ferramenta que objetivando mudar a realidade agrega informação e conhecimento, sendo considerada uma ponte entre necessidades, os problemas e as soluções. Segundo, o Instituto de Tecnologia Social (ITS), a TS tem como ponto de partida os problemas sociais, sendo realizada com organização e sistematização visando introduzir ou gerar inovação nas comunidades (ITS, 2019).

Para Rodrigues e Barbieri (2008, p. 1070) a Tecnologia Social é o que “compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”. Tal interação, é um dos fatores que diferencia a TA da TS, no contexto da TS não pode existir soluções prontas e acabadas para os mais diversos problemas sociais, como uma receita pronta (DAGNINO, 2009).

Rutkowski (2005) salienta que a TS está associada a interação com a população, pois com a fusão entre o conhecimento popular e o especializado, chega-se a ferramentas de alcance que atendem a inclusão social e a evolução humana. Ressaltando, que uma tecnologia para ser considerada TS, deve ser criada e utilizada pelo mesmo local, visando atender as necessidades de quem a idealizou (DAGNINO, BRANDÃO E NOVAES, 2004).

A Tecnologia Social implica na construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas, a exemplo de muitas propostas das diferentes correntes da Tecnologia Apropriada (RODRIGUES; BARBIEI; 2008, p.1075).

Neste contexto, a TS ainda representa melhorias sociais para os indivíduos, como apresenta o ITS, como “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p. 130).

Diferentemente do que era pensado na TA, segundo Rodrigues e Barbieri (2008), a preocupação no processo de produção da TS é voltado para a emancipação dos atores envolvidos, pois não se trata apenas de usuários de soluções prontas, mas sim de soluções construídas no coletivo e que fazem com que os indivíduos atuem com autonomia nos processos. Bem como, a TS deve ser pensada e executada pelos mesmos indivíduos (SHINKAWA E MENEGHETTI, 2013).

Rutkowski (2005, p.197), apresenta uma abordagem humanista e de inclusão social da TS, a saber:

Aquela tecnologia na qual as dimensões humanas e sociais estão em primeiro plano. Um conjunto de técnicas e procedimentos, associados às formas de organização coletiva, que representa soluções para inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Uma tecnologia de produto ou processo que, de maneira simples e fácil aplicação e reaplicação, com baixo custo e uso intensivo de mão de obra, tem impacto positivo na capacidade de resolução de problemas sociais. Uma tecnologia que depende tanto de conhecimentos gerados e difundidos na comunidade, os chamados conhecimentos populares, como daqueles conhecimentos técnico-científicos, desenvolvidos no ambiente acadêmico.

Portanto, para o autor as Tecnologias Sociais “consideram, respeitam e concedem a devida importância às características e contextos e às dimensões sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas de uma determinada população, comunidade ou região” (RUTKOWSKI, 2005, p. 192), apresentando-se como uma ferramenta de mudança por englobarem diferentes cenários.

A Fundação Branco Brasil (FBB), apresenta TS como o que “compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (FBB, 2019). O conceito considera um processo a ser construído no coletivo, porém contrapondo-se a muitos autores, para a Fundação é possível de ser reaplicado.

De acordo com a FBB (2019), a TS se baseia na apresentação de soluções demanda sociais diversas, tais como: alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras. E, contribui considerando que se deve aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico, porém deve-se considerar sua efetividade e reaplicação, proporcionando desenvolvimento social em escala (FBB, 2019).

Contudo, a TS trata-se também de um instrumento para atingir um desenvolvimento sustentável, pois contribui para a erradicação da pobreza e a preservação ambiental (RODRIGUES; BARBIERI, 2008). E, para pensar em desenvolvimento sustentável é necessário a participação decisiva das redes e da cidadania (BAVA, 2004).

Assim, as TS pelas suas características são consideradas as melhores alternativas para as resoluções de demandas sociais (RUTKOWSKI, 2005). Apresenta-se a Quadro 02, com algumas dessas características, sejam por negação ou por exclusão a TC.

Quadro 02 – Características da Tecnologia Social

Adaptada a pequeno tamanho
Libertadora do potencial físico e financeiro; e da criatividade do produtor direto
Não discriminatória (patrão x empregado)
Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas
Orientada para o mercado interno de massa
Deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dagnino (2014).

Considerando, as diferentes concepções da TS abordadas até o momento, assume-se que além das soluções para problemas sociais, suas características possuem ligação com os princípios de atividades solidárias. A seguir, aborda-se perspectivas do tema através de atores que projetam a TS, visando a soluções de demandas sociais.

2.2.2 Tecnologia Social: Perspectivas

Para Rodrigues e Barbieri (2008) quando se trata de Tecnologia Social, é necessária uma visão de múltiplas direções de produção de conhecimento, devido a diversidade de contextos e atores, onde ensinam a ideia de participação ativa de grupos, pessoas, comunidades atendidos ou influenciados pelas Tecnologias Sociais.

Portanto, quando se investiga as perspectivas para a Tecnologia Social, visando à resolução de problemas sociais é possível se constatar a presença de diferentes atores que colaboram para a sua divulgação, implementação e reaplicação. Os atores projetam ações, inclusive, para atividades solidárias, tais como a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Instituto de Tecnologia Social (ITS), além projetos desenvolvidos através de universidades.

A Fundação Banco do Brasil criou, em 2001, devido a constatação da lacuna existente entre a escala de problemas e a escala de soluções, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, sendo este um instrumento de identificação e certificação de TS que compõem o Banco de Tecnologias Sociais. O prêmio tem como objetivo “identificar, certificar, premiar e difundir tecnologias sociais já aplicadas, implementadas em âmbito local, regional ou nacional, que sejam efetivas na solução de questões relativas à alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde”. Porém, este Prêmio tem o raciocínio de reaplicação da Tecnologia Social em outros segmentos ou comunidades (FBB, 2019).

Também criado pela FBB o Banco de Tecnologias Sociais armazena dados com informações sobre as TS certificadas pelo Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social (FBB, 2019). E, consta nesse Banco, as soluções para as demandas sociais, informações sobre os responsáveis, possibilitando o contato e uma possível reaplicação da TS.

No Banco de TS, constam informações sobre o problema solucionado, a solução adotada, como se deu o envolvimento da comunidade, a localidade atendida, os recursos utilizados e necessários para a implementação (FBB, 2019). Tais informações disponíveis incentivam novas ações.

Outro ator social de incentivo à TS é o Instituto de Tecnologia Social, da então Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, e do Ministério de Ciência e Tecnologia, criado 2003, pelo presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, visando atender às demandas do novo milênio pensando-se em um novo desenvolvimento foi instituído num contexto em que as demandas do novo milênio desafiavam a sociedade brasileira a construir um novo modelo de desenvolvimento para viabilizar a relação entre ciência, tecnologia, inovação e inclusão social. O ITS com a sua criação colaborou para o estabelecimento do conceito de Tecnologia Social (ITS, 2019).

O ITS através da sua atuação, demonstrou como criar as pontes que levem possíveis soluções para os problemas sociais e para a sua realização, “se utilizou de suas próprias tecnologias aliadas à produção de conhecimento a nível nacional. O número de beneficiados,

diretos ou indiretos pelos projetos ITS BRASIL, entre 2006 a 2010, totalizou 875.648” (ITS, 2019).

Atualmente o ITS BRASIL (2019), trabalha com dois projetos: Fab Lab Livre SP (em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo) e Emprego Apoiado (vinculado ao Ministério da Saúde do Governo Federal, com projetos ativos em São Paulo, ABC e Baixada Santista).

E, em atendimento à diretriz de inclusão social do governo Lula, em 2005, foi lançada a Rede de Tecnologia Social (RTS), com o propósito de “com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais” (RODRIGUES; BARBIEIRI, 2008, p. 1078). Assim,

A estruturação e a implementação da RTS, além da FBB, envolveram diversas entidades, tais como: Petrobras, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Caixa Econômica Federal, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Associação Brasileira de ONG (Abong), Instituto Ethos e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Trata-se de uma rede de adesão voluntária que tem entre seus objetivos reunir e organizar um conjunto de instituições com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais, bem como estimular a adoção dessas tecnologias como práticas política; e sua apropriação pelas comunidades-alvo. (RODRIGUES; BARBIEIRI, 2008, p. 1078)

Embora, para alguns autores “a inovação tecnológica – e por extensão a TS – não pode ser pensada como algo que é feito num lugar e utilizado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que vão utilizá-la” (GRACIA, 2014).

Portanto, as perspectivas em torno da Tecnologia Social, se apresentam como alternativas de melhorias e ampliação da Economia Solidária e o desenvolvimento local, contrapondo-se à visão capitalista e da TC dominante, mudando a forma de pensar e agir da população envolvida.

2.3 Desenvolvimento Local

Neste contexto de se pensar na contribuição da Tecnologia Social e da Economia Solidária, representada pelos seus Empreendimentos de Economia Solidária, faz-se necessário entender a evolução do termo desenvolvimento e suas implicações para o tema, visto que este tem uma ligação direta com fatos históricos e sociais. Portanto, pensar o desenvolvimento é

desafiador devido as diferentes interpretações, a ótica a qual é observado, e visto que cada localidade possuir suas especificidades nas questões econômicas, sociais, sustentáveis e políticas.

O termo desenvolvimento amplamente debatido nas Ciências Sociais, se trata de uma noção que na literatura não apresenta unanimidade em suas definições. Nota-se que no contexto histórico sofreu diversas influências e mudanças em seus fatores, é possível verificar em grandes clássicos como Adam Smith (1776), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867), o desenvolvimento inicialmente utilizado como sinônimo de crescimento econômico (SIEDENBERG, 2003). Tratava-se de um fenômeno que visava à consolidação do sistema capitalista (SANTOS et al., 2012). A origem do termo desenvolvimento se encontra atrelada à ideia de crescimento econômico, industrialização e capitalismo.

Com base nos clássicos da teoria econômica, tem-se o desenvolvimento como uma “força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada à uma sociedade avançada” onde “desenvolver é sinônimo de acumular para depois distribuir” (SANTOS et al., 2012, p. 48). Ainda para o autor, neste período se pensava que o desenvolvimento iria acontecer para todos os países ao longo do tempo e espaço em mesmo nível que os países pioneiros capitalistas, porém tal fato não se concretizou, aumentando as distâncias entre países ricos e pobres.

Para Santos et al. (2012) foi na década de 1940 que o termo desenvolvimento passou a ser objeto de estudo com o surgimento da Economia do Desenvolvimento. Porém, para Siedenberg (2004), existe um certo consenso entre os estudiosos em fixar a década de 1950, como o período em que o conceito de desenvolvimento foi finalmente consolidado. Segundo o autor, a aplicação do conceito no cenário das estratégias e políticas públicas, trouxe uma integração no que se refere às áreas de conhecimento, porém o mesmo fato fez surgir as posições ideológicas antagônicas.

Prebisch (1962) trata em sua tese os principais problemas enfrentados pela América Latina rumo ao desenvolvimento e salienta que a divisão do trabalho é um agravante, em que a geopolítica do poder dita as regras do jogo; para o autor o desenvolvimento ocorreria através da industrialização, porém com aumento da produtividade do trabalho, resultaria na melhoria do nível de bem-estar social. Portanto, ocorreu a constatação que o crescimento econômico nos países pioneiros não representava uma distribuição igualitária das rendas. E, assim ocorreu que na década de 1970 tem-se uma nova crise no sistema capitalista, com a estagflação, caracterizada pela combinação de baixa taxa de crescimento com altas taxas de inflação; tal fato gerou críticas ao modelo de desenvolvimento por meio de crescimento econômico (SANTOS et al., 2012).

As experiências da América Latina, a nítida visão de um descompasso entre crescimento e equidade entre os países, torna-se necessário pensar em políticas de desenvolvimento norteadas por outros fatores para além do econômico (CARDOSO, 1995). Pensando em desenvolvimento, Schumpeter (1961) foi um dos primeiros autores não marxistas a sinalizar a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, quando tratou que para se ter desenvolvimento eram necessárias mudanças estruturais, para além das explicadas pelo aumento de renda per capita. Para Ki-Zerbo (2003) o desenvolvimento consiste em múltiplas escolhas de origem quantitativa e qualitativa, incluindo fatores culturais, ambientais e educacionais envolvidos.

Já Ignacy Sachs define Desenvolvimento Sustentável como “o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” (SACHS, 1986, p. 110). Sachs (2008) aborda o desenvolvimento incluyente que requer a garantia de direitos civis, cívicos e políticos. Ainda segundo Sachs (2008), já o desenvolvimento sustentável deveria seguir através da: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e outras culturas e programa de educação.

Para Cardoso (2011), o processo de desenvolvimento seria fragmentado, ou seja, abordaria a ótica sustentável, humano, social e com equidade. Já Santos et al. (2012), o conceito de desenvolvimento foi construído com base em três paradigmas: a) desenvolvimento como crescimento econômico, b) desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e c) desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

Neste cenário, se começa a pensar no desenvolvimento econômico não mais como sinônimo de crescimento econômico, sendo que para Landes (2005), até então o crescimento econômico dos países era aliado à evolução tecnológica, que resultava no seu destaque no cenário mundial. Fato que demonstra a importância da tecnologia e a ligação desta com fatores que impulsionam o desenvolvimento. Schumpeter (1987) analisa uma ligação entre a tecnologia e a vida econômica, visto que a busca por lucros oriundos da inovação, gera a competição, sendo um fator tipicamente capitalista.

Rutkowski (2005) em contrapartida a uma economia com alta complexidade tecnológica, a tecnologia tornou-se um vetor de exclusão social. Contudo, a autora destaca que é possível desenvolver “uma abordagem da dimensão tecnológica e dos novos conhecimentos que os tornassem capazes de alavancar um desenvolvimento local inovador, apoiado na sustentabilidade e na inclusão social” (RUTKOWSKI, 2005, p. 190).

Pode-se visualizar que o conceito desenvolvimento que evoluiu ao longo da história devido às guerras, crises, se moldando pelos diferentes campos. O desenvolvimento ganhou diferentes adjetivos e junções gramaticais para acompanhá-lo dependendo da dimensão na qual passou a ser estudado, como destaca Silva et al. (2012, p. 51):

O desenvolvimento, desta forma, apresenta-se como uma rede de conceitos que podem estar diretamente associados ao conjunto de adjetivos traduzidos em expressões como local, integrado, sustentável, territorial, bem como endógeno e exógeno, a depender das forças propulsoras (internas ou externas), global, regional, local, da escala geográfica e ainda humano, econômico, político, ambiental, a depender das dimensões sociais.

Tomando-se a expressão “local”, segundo Daniel (2002, p. 33), deve ser pensado prevalecendo características para além de questões econômicas e assim, o desenvolvimento local não pode ser realizado a qualquer custo, pois:

Queremos um desenvolvimento local com inclusão social, em que haja cooperação, criação e alargamento de esferas públicas, em que diferentes atores políticos, econômicos, sociais dialoguem de maneira transparente a partir de seus próprios interesses em conflito, buscando construir um novo desenvolvimento local em conjunto.

Atualmente, de acordo com Siedenberg (2004), ainda é evidente a concordância com a complexidade sobre o tema desenvolvimento; e nota-se a discordância sobre quais as formas de conduzir e implementar as políticas de desenvolvimento local, sendo que os estudos acadêmicos corroboram apontando e esmiuçando as diversas faces do desenvolvimento, o que inviabiliza uma visão única e geral. Para Silveira (2010), tem-se que:

O “local” não é um dado, mas uma construção, trata-se de um processo de auto instituição territorial, no qual a população se constitui em sujeito ativo que desenha o território (constrói o local) a partir do reconhecimento de suas identidades. Em outras palavras, são as relações intersubjetivas e comunicacionais que constituem o local, na qualidade de forças instituintes do território. É também nesse sentido que o desenvolvimento local é entendido como processo construído “de baixo para cima” e “de dentro para fora”.

Silveira (2010), no Brasil em meados da década de 1990, que ocorreu um impulso ao desenvolvimento local, fruto de diferentes frentes, como debates sobre o tema, programas de apoio, e a proliferação de casos reais. Nesta perspectiva de desenvolvimento local, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que acompanha o desempenho dos países na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das pessoas, em 1990,

surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelos economistas Amartya Sen e MahbubulHaq (SILVA et al., 2012).

Foi a partir do conceito de IDH, que o desenvolvimento passou a juntar-se ao humano, portanto surge a concepção de desenvolvimento humano, de maneira a mensurar aspectos relacionados à qualidade de vida (SIEDENBERG, 2003). E, neste ponto de pensar na qualidade de vida dos indivíduos excluídos que a Economia Solidária, consolidada através dos EES, é oportuna (DAGNINO, 2014).

Neste contexto de acordo com Guimarães (2011), o desemprego e a pobreza tratam-se dos mais graves problemas econômicos e prejudiciais ao desenvolvimento local, neste cenário, por consequência dos efeitos da globalização e das políticas neoliberais, o país enfrentou uma de suas maiores crises, resultando no agravamento dos níveis de desemprego. Cardoso (1995, p. 152), ressalta que o desemprego é “o nó da problemática social dos países desenvolvidos e gera, para países em desenvolvimento problemas agudos”.

Um dos fatores que gera o desemprego é o uso da Tecnologia Convencional, pelo fato de ser poupadora de mão de obra (DAGNINO, 2014). Porém, a tecnologia também pode “voltar-se a atender à dimensão humana do desenvolvimento e aos interesses coletivos de garantir, de maneira sustentável, uma melhor qualidade de vida, tanto presente quanto futura” (RUTKOWSKI, 2005, p. 190-191).

Pensando-se o desenvolvimento local, de acordo com Haesbaert (2004), a Economia utiliza-se do conceito de espaço, percebendo-o como fator locacional ou uma das bases da produção. Para Silveira (2010) as experiências de desenvolvimento local apontam para novas necessidades de políticas públicas e alternativas práticas ao dominante modelo de desenvolvimento. Enquanto, para Saquet (2013), o território é um compartimento do espaço ligado à diversificação e organização, apresentando como funções a de servir como abrigo e ser possibilidade para as oportunidades. Portanto, o território para o desenvolvimento local é base para a produção, mas também abrigo, o que torna necessário o pensar em dimensões além da econômica.

Cabe destacar, que a construção do desenvolvimento local é baseada na perspectiva dos atores envolvidos e não sob a ótica de um observador externo, assim “mais do que ver ‘um quê de desenvolvimento local’ em tal ou qual projeto, trata-se de reconhecer que os próprios participantes passam a se perceber como ativamente envolvidos em dinâmicas nomeadas como desenvolvimento local ou territorial” (SILVEIRA, 2010, p. 53). Portanto, se faz necessária a percepção de que em certas regiões que não são industrializadas, devem tornar-se propulsoras de outras atividades econômicas que contribuam para o desenvolvimento local, é o que faz uma

economia informal, uma rede de relações sociais passarem a ser institucionalizados (FAVARETO, 2005).

Segundo Soweckh (2004), no processo de desenvolvimento local, as cidades devem ser capazes de inovar através de cooperação e associativismos, de maneira a proporcionar um cenário melhor de produção de riqueza, porém com qualidade de vida. Entende-se que é “possível construir propostas de desenvolvimento local que incluam projetos urbanos que assumam uma perspectiva não gentrificadora e possibilitem a emergência de um tecido produtivo composto por setores marginais do capital” (SOMEKH, 2004, p. 25).

Portanto, para a maioria dos autores o problema do atual modelo de desenvolvimento está na forma com que são realizadas as relações da humanidade com o meio ambiente e a desigual distribuição dos recursos e resultados, neste contexto, emerge a Economia Solidária como uma alternativa, que deve ser pautada em três elementos fundamentais: a territorialidade, a sustentabilidade e a solidariedade, ou seja, a territorialidade, a sustentabilidade e a solidariedade. (SENAES, 2013)

O desenvolvimento local sustentável solidário é o construído diretamente pela comunidade como um todo, e não por alguns de seus membros apenas. Por isso, ele não pode ser alcançado somente pela atração de algum investimento externo à comunidade. O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos/as possam ser donos/as da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela. São princípios basilares deste novo modelo de desenvolvimento o empoderamento popular e o respeito às características étnico, culturais e ambientais do local onde ele é construído. Não se confunde, portanto, o desenvolvimento local sustentável e solidário com a mera imposição de sistemas produtivos exógenos, como por exemplo, a atração de grandes empresas. No modelo de desenvolvimento local sustentável solidário são valorizados os sistemas locais de produção e a produção tecnológica local, motivo pelo qual ele favorece a preservação dos valores de comunidades. (SENAES, 2013, np)

Neste contexto, o desenvolvimento local significa que “todos os membros da comunidade de forma conjunta, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição, respeitando os valores culturais e o patrimônio ecológico da comunidade” (SENAES, 2013, np).

Assim, a Tecnologia Social surge como um elemento de emancipação para os seus atores, ocasionando uma cidadania deliberativa, segundo Tenório (1998, p. 19) se trata quando a “pessoa toma consciência da sua função como sujeito social, e não adjunto, e como tal passa a ter uma presença ativa e solidária nos destinos da sua comunidade”. Assim, a tecnologia social promove o desenvolvimento, pois os indivíduos atuam promovendo a cidadania deliberativa.

Todavia, para reverter o quadro crítico de desemprego, exclusão social, entre outros; faz-se necessárias práticas que empoderem a população local com habilidades e pensadas no

desenvolvimento, surgem neste contexto as Tecnologias Sociais, a Economia Solidária e os Empreendimentos Solidários, como possíveis soluções para as mazelas sociais.

3 METODOLOGIA

O tema escolhido para o desenvolvimento deste estudo requer uma pesquisa, que se trata de um “procedimento racional e sistemático” (GIL, 2010, p.26) de desenvolvimento do método científico, visando responder a problemática proposta. Neste tópico se aborda o procedimento metodológico adotado para atender aos objetivos propostos. Inicialmente apresenta-se um tópico com a abordagem, caráter e método de pesquisa, em seguida apresenta-se um segundo tópico com a técnica utilizada para a coleta dos dados, a escolha dos sujeitos de pesquisa e a técnica de análise dos dados.

3.1 Abordagem, caráter e método de pesquisa

Para atender o objetivo proposto da pesquisa, quanto à abordagem dos dados neste estudo tem um caráter qualitativo, em que, segundo Flick (2009), as pesquisas de caráter qualitativo expõem e interpretam, se aprofundando nos significados. A abordagem qualitativa, permitirá a análise de casos concretos, respeitando as peculiaridades temporais e locais, e principalmente, analisando as atividades e expressões dos indivíduos em seus ambientes.

Segundo Munhoz (1989), as pesquisas possuem três possibilidades de estudos, sendo: descritivos, exploratórios ou experimentais. Nesta pesquisa acerca dos objetivos propostos, a sequência metodológica que norteou a presente pesquisa foi o estudo exploratória e descritiva.

Nos estudos exploratórios “[...] é possível identificar pesquisas bibliográficas, estudos de caso e mesmo levantamento de campo”, além de analisar exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2010, p.27). A pesquisa, também apresenta o caráter descritivo, pois conforme Gil (2010) descreve as características de determinada população ou ainda estabelecerá relações entre as variáveis, e que também levantará opiniões, atitudes e crenças do público alvo estudado.

Para atender ao objetivo proposto, como método se tem o Estudo de Caso, que compreende a Tecnologia Social nos Empreendimentos de Economia Solidária de Santana do Livramento/RS. Quanto ao estudo de caso, foram casos múltiplos, ao analisar diferentes Empreendimentos de Economia Solidária. Entretanto, estes casos múltiplos podem ser entendidos como único, quando agrupados enquanto caso da Tecnologia Social de Santana do Livramento.

Segundo Yin (2001, p. 32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente

quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Assim, “[...] haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidência, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo [...]”.

De acordo com Stake (1988, p. 256), o estudo de caso permite “a compreensão de um particular caso, em sua idiossincrasia, em sua complexidade”. Sendo, o método adequado, especialmente, por se almejar focar “[...] em problemas práticos, decorrentes das intrincadas situações individuais e sociais presentes nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas” (GODOY, 2006).

O método permitiu não somente entender as relações estabelecidas, mas compreender o processo social que envolve a Tecnologia Social desenvolvida pelos Empreendimentos Econômicos Solidários. E, por estar centrado em uma situação particular, permitiu pesquisar a contribuição da TS para o desenvolvimento de Santana do Livramento/RS. Sendo, de acordo com Godoy (2006), o estudo de caso importante por tratar-se de um fenômeno pouco estudado, e que poderá servir como base de dados para futuros estudos.

O universo da pesquisa de estudo diz respeito aos Empreendimentos de Economia Solidária de Santana do Livramento/RS, dentre estes foram escolhidos os de maior expressão e conhecimento da comunidade, sendo a Casa de Economia Solidária e a Associação de Catadores. Para Creswell (2010) por trás da pesquisa qualitativa se tem a seleção intencional dos que melhor contribuirão com o pesquisador na busca pelo entendimento do problema e a questão de pesquisa. A seguir, apresenta-se as técnicas a serem utilizadas para a obtenção dos dados.

3.2 Técnica de coleta dos dados, os sujeitos de pesquisa e técnicas de análise de dados

Neste tópico, apresentar-se-á as técnicas pertinentes para a obtenção dos dados, visando atender aos objetivos da pesquisa. O delineamento da pesquisa deu-se: 1º) através de revisão bibliográfica; 2º) pesquisa documental com levantamento de dados; e 3º) pesquisa de campo voltada para a busca de informações, através de entrevistas semiestruturadas com sujeitos sociais envolvidos no tema e observações não participante nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Realizou-se uma pesquisa teórica com revisão bibliográfica, a partir de material já elaborado, buscando-se referenciar autores com relevância nos estudos sobre a Tecnologia Social e Economia Solidária e seus Empreendimentos de economia Solidária. A pesquisa

baseou-se em livros, artigos científicos, teses, dissertações. Tal pesquisa trata-se de um apanhado dos de autores, cujos principais trabalhos científicos abordam o tema estudo.

A pesquisa teórica realizou-se através revisão de conceitos de Tecnologia Social, Economia Solidária e Empreendimentos Econômicos Solidários, pelo viés de autores, apresentados no Quadro 03. Bem como, investigou-se legislações pertinentes a criação e regulamentação das cooperativas.

Quadro 03 – Principais autores do referencial bibliográfico

Tecnologia Social	Economia Solidária e EES	Desenvolvimento Local
Ivete Rodrigues	Alberto Mario Federico Sabaté	Arilson Favareto
Jacqueline Elizabeth Rutkowski	José Luiz Corragio	Caio Silveira
José Carlos Barbieri	Luiz Inácio Gaiger	Fernando G. Tenório
Nadja Maria Mourão	Paul Singer	Rogério Haesbaert
Renato Dagnino	Valmor Schiochet	

Fonte: Elaboração própria.

A escolha pelos autores considerou a importância destes no cenário de estudos relevantes sobre Tecnologia Social, Economia Solidária e Desenvolvimento Local, também por se tratar de figuras militantes e atuantes na disseminação do tema.

Na pesquisa documental, que apresenta pontos semelhantes com a bibliográfica, porém difere-se pela natureza das fontes, analisaram-se documentos que não receberam tratamento analítico (GIL, 2010) se baseou no levantamento de documentos internos junto aos EES, tais como: atas de reuniões, relatórios internos, documentos administrativos, fotos, entre outros.

Utilizou-se de dados do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Buscou-se documentos junto aos EES para atender ao objetivo, tais como, atas, relatórios de atividades, recortes de jornais publicados nas mídias, e outros. Tais informações irão colaborar para identificar os EES do município e descrever as atividades e o perfil dos integrantes dos EES de Santana do Livramento/RS.

Flick (2009), reitera que a técnica deve ser bem utilizada, uma vez que os documentos, apresentam partes que auxiliam o pesquisador a contar fragmentos da história de um determinado local, pessoa ou instituição, e este deve sempre averiguar a real intenção por detrás do documento.

A pesquisa de campo caracterizada pela interrogação direta do público alvo, cujo comportamento se almejava conhecer (GIL, 2010). É a pesquisa indispensável à análise da situação social. “Se trata, repetimos, de uma situação social e não de situação espacial” (KAYSER, 2006, p. 97). Com a pesquisa de campo, foi possível conhecer o tema, pois segundo Kayser (2006, p. 94) para se ter sucesso na interpretação de um fenômeno, deve-se entrar em contato com ele, ou seja, vivenciá-lo e praticá-lo dentro do seu contexto. Assim, a pesquisa de campo foi composta por entrevistas semiestruturadas e observação não participante.

Almejando-se dados para atender aos objetivos aplicou-se entrevistas. Entende-se entrevistas por um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1997, p. 86). Com as entrevistas buscou-se informações importantes que não se apresentam expostas em documentos ou trabalhos científicos, visto tratarem-se de dados que apenas os atores envolvidos diretamente no processo detêm esse conhecimento empírico.

Quanto à modalidade da entrevista utilizada, foi a semiestruturada, de acordo com Godoi e De Mello (2006) são entrevistas caracterizadas por um roteiro e por permitir ao entrevistador maior flexibilidade quanto ao ordenamento e formulação das perguntas durante a aplicação das entrevistas. As entrevistas foram realizadas com 2 (dois) atores chave de cada Empreendimento Econômico Solidário de Santana do Livramento, pois através destas foi possível a “[...] compreensão do mundo do entrevistado e as elaborações que ele usa para fundamentar suas opiniões e crenças”, sendo apropriadas ao caso de estudos pouco explorados e complexos (GODOY, 2006, p. 134).

Justifica-se o uso das entrevistas semiestruturadas com roteiro (Apêndice 1 – Roteiro de Entrevistas) por permitir delimitar as informações, direcionando para o tema, e quando necessário intervindo a fim de atender os objetivos (BONI; QUARESMA, 2005). Segundo, os autores, esse tipo de entrevista favorece chegar a aspectos valorativos e afetivos dos entrevistados, permitindo respostas espontâneas, e através dessa liberdade, podem surgir aspectos inesperados, que serão úteis para a pesquisa.

A escolha pelos entrevistados ocorreu mediante sua representatividade no Empreendimento, buscando atores atuando a mais tempo na atividade, permitindo assim conhecer a trajetória das atividades, suas dificuldades, e como indivíduos interpretam o tema das Tecnologias Sociais. Pois, segundo Boni e Quaresma (2005), as entrevistas fornecem dados subjetivos, que se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos indivíduos.

No que se refere número de entrevistados em cada EES, utilizou-se o princípio da saturação. A saturação trata-se de um instrumento que determina quando a coleta dos dados

deixa de ser necessária, visto nenhum novo elemento trazer novos significados ao objeto de pesquisa (THIRY-CHERQUE, 2009). Sendo, assim foram escolhidos 3 (três) indivíduos envolvidos nos Empreendimentos Econômico Solidário estudados. As entrevistas devido ao cenário pandêmico foram realizadas no mês de fevereiro de 2021, adotados os protocolos.

As entrevistas, conforme orienta Godoy (2006) foram realizadas no ambiente natural dos indivíduos. E, mesmo utilizando-se de um roteiro de entrevista, objetivou-se deixar o entrevistado livre para expressar seus termos pessoais.

As entrevistas foram agendadas e gravadas, mediante prévia autorização, permitindo captar todas as expressões orais, além anotações pertinentes sobre gestos, expressões faciais, e/ou sentimentos expressados nas falas que possam desaparecer na gravação. O Quadro 04, apresenta o perfil sendo este bem variado, o que tem em comum é que se trata de mulheres, com filhos.

Quadro 04 – Perfil das Entrevistadas

	Entrevistada 1	Entrevistada 2	Entrevistada 3
Idade	60 anos	41 anos	47 anos
Residência	Reside 2 pessoas na casa. A entrevistada e o filho.	Reside 4 pessoas na casa. A entrevistada, marido e 2 filhos.	Reside 8 pessoas na casa. A entrevistada e 7 filhos.
Escolaridade	Ensino Médio Completo	Ensino Fundamental – 3ª Série	Ensino Superior
Estado civil	Solteira	Casada	Divorciada
Faixa Salarial	1 (um) salário mínimo. Fonte de renda principal é a aposentadoria.	4 (quatro) salários mínimos. Fonte de renda principal o trabalho em uma cooperativa.	1 (um) salário mínimo. A única Fonte de renda é a do EES.

Fonte: Elaboração própria.

Realizou-se a técnica de observação não participante, com a qual foi possível “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996, p. 79). Tratou-se de um caso de participante como observador, ou seja, a pesquisadora negociou e obteve consentimento prévio de um sujeito responsável pelos EES, para observar e realizar o estudo. Na oportunidade, foi observado o uso da Tecnologia Social pelos indivíduos pertencentes aos EES, visando identifica-la e caracteriza-la como serviço, produto ou processo.

Quanto à forma de realização das observações, devido a situação atual de pandemia e observando os protocolos necessários e que exigem distanciamento social, foram agendadas e

realizada a incursão no período de um dia (turno da manhã) em cada um dos Empreendimentos de Economia Solidária de Santana do Livramento. Neste caso, os indivíduos estavam cientes da presença desta pesquisadora e os objetivos da pesquisa. Seguindo a orientação de Marietto (2018), através da observação é possível se transcrever tal experiência.

Na observação não participante fez o uso de gravadores em áudio e vídeo para captar a Tecnologia Social dos Empreendimentos de Economia Solidária. Assim, foi possível atender ao objetivo proposto permitindo a caracterização da TS, visto que tal tecnologia pode passar despercebida pelos indivíduos dos EES. Também, foi utilizado diário de campo, com notas realizadas durante e após, detalhando situações relevantes para o objetivo da pesquisa.

Segundo Marietto (2018) a observação não participante exige do pesquisador interação com os sujeitos para que seja articulado a aplicação da técnica. Portanto, requereu a interação desta pesquisadora com os sujeitos pertencentes aos Empreendimentos de Economia Solidária no ambiente que envolve o tema da pesquisa. E, objetiva-se com a técnica da observação não participante caracterizar a Tecnologia Social, desenvolvida pelos Empreendimentos de Economia Solidária de Santana do Livramento/RS. As incursões nas observações, devido ao cenário pandêmico, foram realizadas no mês de fevereiro de 2021.

Os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas foram interpretados através da análise de conteúdo interpretativa, que de acordo com Bardin (2011), consiste em um grupo de ferramentas metodológicas que contribuem para as ciências humanas, dividindo-se em: pré-análise; exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação dos resultados obtidos. As entrevistas devem ser codificadas, através do levantamento das mensagens presentes nas respostas, e assim, agrupando o conteúdo através de uma análise temática, portanto o tema das respostas é o principal fator a ser analisado (BARDIN, 2011). Para a apresentação dos dados da pesquisa, fez-se uso de recursos como fotos, gráficos, tabelas, seguidos de textos interpretando a realidade e explicando o tema estudado.

Por fim, a análise foi realizada com base na triangulação dos dados adquiridos através das fontes bibliográficas e documentais, observação não participante e as entrevistas. Para melhor compreensão da metodologia deste estudo, foi elaborado o Quadro 05, para ilustrar os procedimentos referentes ao método, para responder aos objetivos proposto.

Quadro 05 – Sistematização metodológica

Objetivos específicos	Técnica de coleta	Como foi realizado
Descrever a Economia Solidária e os Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS.	- Revisão bibliográfica.	Dagnino (2004, 2009, 2010, 2012, 2014); Rutkowski (2005); Rodrigues e Barbieri (2008); Mourão (2017), entre outros.
	- Análise documental.	- Cadastro Nacional de EES - Documentos fornecidos pelos EES (atas, relatórios internos, documentos administrativos, fotos, entre outros).
	Entrevista Semiestruturada	Realizada com atores representativos nos EES.
	- Análise documental.	Documentos fornecidos pelos EES.
Caracterizar a Tecnologia Social como uma vertente da tecnologia de Santana do Livramento/RS.	Entrevista Semiestruturada	Realizada com atores representativos nos EES.
	- Observação não participante	Observada a rotina de trabalho dos EES e as TS.
Identificar o desenvolvimento local a partir da Tecnologia Social nos Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS.	Entrevista Semiestruturada	Realizada com atores representativos nos EES.
	- Observação não participante	Observada a rotina de trabalho dos EES e as TS.

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, realizadas as entrevistas com atores representativos nos EES, partiu-se para a etapa de transcrição do material coletado através de áudio, bem como, analisar as anotações do diário das observações participantes, finalizada a análise do material coletado, realiza-se a descrição dos resultados e elaboração das considerações finais.

No capítulo a seguir apresenta-se a análise dos dados coletados, sendo que se observou a orientação de Marietto (2018), que relata que para evitar a perda de informações relevantes, na observação não participante, a análise deve ocorrer concomitantemente a coleta. Ainda o autor orienta de no tempo máximo de três horas após deixar o campo iniciar a revisão e análise das notas, transcrevendo as gravações.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo apresenta-se a análise dos dados coletados, seguindo-se os objetivos específicos estabelecidos para este estudo, inicialmente apresenta-se a Economia Solidária e os Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS, em seguida apresenta-se a Tecnologia Social como uma vertente da tecnologia de Santana do Livramento/RS e, por último aborda-se o Desenvolvimento local a partir da Tecnologia Social nos Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS.

4.1 Economia Solidária e os Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS

Apresenta-se a seguir a Casa de Economia Solidária e a Associação de Catadores Novo Horizonte, que se constituem em Empreendimentos Solidários de Santana do Livramento/RS. Ressalta-se que a Economia Solidária se consolida através de seus Empreendimentos (BARBOSA, 2007).

4.1.1 Casa de Economia Solidária

Em 17 de abril de 2013, localizada na Rua Rivadávia Corrêa, nº 60, foi inaugurada a Casa de Economia Solidária no município e tinha o objetivo de fortalecer e incentivar os empreendedores e artesãos locais, oferecendo cursos de formação e capacitação. E, em 2014, os EES em busca da formalização de suas atividades, adquiriram a certificação de empreendimento ECOSOL.

A principal atividade da Casa de Ecocol é o artesanato, que para Horodyski (2006) é um bem imaterial, pois sua riqueza é condicionada ao conhecimento que o artesão legou e o deposita no objeto produzido, assim ao produzi-lo e materializando-o este passa a ser tangível, sendo, portanto, considerado um patrimônio imaterial e material. Na Figura 1, é possível verificar a entrada do prédio da Casa de Economia Solidária.

Figura 1 – Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento



Fonte: Elaboração própria.

A Entrevistada 1, faz parte desde a criação da Casa de Economia Solidária, e segundo ela era o sonho de um grupo de artesãs, visto que realizavam feiras em praças e onde eram convidadas. Com o tempo surgiu a ideia de reunir as artesãs em um único local e melhorar a forma trabalho, visto que enfrentavam muitas dificuldades, até mesmo tempo com chuva. E assim, começou os contatos com a Unissol, em Porto alegre, até o sonho se concretizar. O prédio foi cedido pela União para que assim fosse inaugurada a 1ª Casa de Economia Solidária do Rio Grande do Sul, motivando outros municípios. A Entrevistada 1, lembrou todo o esforço inicial “desde trazer tudo no braço, subir a Andradas com madeira, com tudo, armar a Casa...”.

A Entrevistada 2, relatou que trabalha em uma cooperativa chamada Caminhos, que atua na Fronteira, e através de uma parceria com a Justa Trama que conheceu a Economia Solidária. Assim, no final de 2013 ingressou na Casa de Economia Solidária, como representante da Justa Trama na Fronteira. Segundo a Entrevistada 2, eram realizadas Feiras Binacionais no Parque Internacional, nessa época as feiras no Parque eram fantásticas. Lembrou o início no EES “Comecei com uma colega que fazia plantão, a fazer cursos, formalizar o empreendimento, e nesse momento sou uma coordenadora. Porém, em todo esse tempo houve uma transformação de conhecer a economia solidária do Brasil, conhecer os tipos de formalização do EES”.

Ressaltou, que a Economia Solidária é mesma, porém por se tratar de uma região de fronteira Brasil/Uruguai, às vezes não coincide as legislações e aspectos jurídicos.

No que tange à vida dos integrantes antes do ingresso na Casa de Ecosol, a Entrevistada 1, relembrou que ingressou no artesanato a muito tempo devido a perda de ente querido, como uma forma de distração e acabou gostando da atividade, contudo sempre teve seu trabalho paralelo, mas hoje como micro empreendedora individual (MEI) irá se aposentar como artesã. Enquanto que a Entrevistada 2, já exercia atividades em outro EES, no caso uma cooperativa e realizando trabalhos para a UNISSOL.

Atualmente na Casa de Ecosol, autogestionada por uma equipe de três coordenadoras que auxiliam 7 (sete) empreendimentos, sendo estes: Associação Amigos da Casa, Associação de Teares do Sul, Associação Cost'uart, Associação Mulher Que Faz, Empreendimento Delícias da Ecosol, Justa Trama e Legado, além desses tem a participação de artesãs individuais que ainda não estão organizadas em associação ou cooperativas. Portanto, atualmente, a Casa de Ecosol possui cerca de 50 integrantes.

Quadro 06 – Perfil dos EES da Casa de Economia Solidária

EES	Início das atividades	Formação atual	Principais produtos	Situação Atual
Associação Amigos da Casa	No ano de 2019	15 integrantes	Respondem pela Casa de Ecosol, autogestão.	Em atividade
Associação Cost'uart	No ano de 2013	3 integrantes	Peças de vestuários e para a cozinha, etc.	Esteve um tempo inativa, e atualmente, estão se reorganizando.
Associação Mulher Que Faz	No ano de 2013	10 integrantes	Peças em crochês, bonecas, vestuário, guardanapos, etc.	Em atividade
Associação de Teares do Sul	No ano de 2014	6 integrantes	Peças em lã rústica produzem palas, tapetes, coletes, etc.	Em atividade
Empreendimento Delícias da Ecosol	No ano de 2006	1 integrante	Pães, bolos, pastéis, brigadeiros, doces, etc.	Estão em processo de reorganização.
Justa Trama	No ano de 2013	1 integrante	Peças em algodão ecológico.	Em atividade
Legado	No ano de 2019	2 integrantes	Geleia e molho de pimenta.	Em atividade

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas.

No Quadro 06, fez-se um breve perfil dos EES que comercializam seus produtos na Casa Ecosol. Segundo a Entrevistada 1, o EES não tem o perfil de produção para consumo dos próprios integrantes. Os itens produzidos são colocados à venda, tais como: toda a parte de alimentação, doces, pães, produtos em lã, crochê, tricô, produtos da Justa Trama, além de ser comercializado o mel, que é da agricultura familiar.

Importante salientar que a Cooperativa Central Justa Trama é um Empreendimento de Economia Solidária, composto por mulheres e homens agricultores, fiadores tecedores, costureiras, artesão e coletores e beneficiadores de sementes. Trata-se de uma cadeia produtiva, iniciada no plantio do algodão agroecológico e terminada na comercialização de peças de vestuário. A Justa Trama destaca-se como a maior cadeia produtiva no segmento de confecção da Economia Solidária, contabilizando cerca de 600 cooperados/associados, em cinco estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ceará e Rondônia. E, assim, na Casa de Economia Solidária é realizada a comercialização dos produtos da Justa Trama, pode-se dizer que é um ponto de venda da marca.

Entrevistada 2, destaca o uso de uma diversidade de materiais tais como madeira, lã, etc., e produtos, onde a Associação Teares do Sul realiza um trabalho artesanal com lã crua. Tem-se na Casa de Ecosol roupas de algodão orgânico que é um produto nacional. Esse algodão orgânico é colhido e plantado pela agricultura familiar, após a indústria têxtil confecciona e a Casa de Ecosol é um ponto de venda comissionada. E, tem-se a parte de gastronomia, geleia, doces, pães, pizzas, bem variado. E tem-se o anseio pela criação de uma associação ou cooperativa que ofereça com serviços. A seguir, imagens de alguns produtos desenvolvidos pelos EES que fazem parte da Casa de Ecosol.

Figuras 2 e 3 - Produtos do Empreendimento Solidário Legado



Fonte: Galeria da Página do *Facebook* da Casa de Ecosol.

Figuras 4 e 5 - Produtos do Empreendimento Solidário Justa Trama



Fonte: Galeria da Página do *Facebook* da Casa de Ecosol.

Figura 6 - Produtos do Empreendimento Solidário Delícias da Ecosol



Fonte: Galeria da Página do *Facebook* da Casa de Ecosol.

Figuras 7 e 8 - Produtos do Empreendimento Solidário Teares do Sul



Fonte: elaborado pela autora.

Figuras 9 e 10 - Exposição de produtos na Casa de Ecosol



Fonte: elaborado pela autora.

A Casa de Economia Solidária, através de seus Empreendimentos, segundo a Entrevistada 1, compreende em sua maioria mulheres. Recentemente, que os homens passaram a fazer parte do Empreendimento. Atualmente, de acordo com a Entrevistada 2, tem-se apenas um integrante homem no EES. A presença das mulheres em atividades artesanais se deve pela questão da divisão social do trabalho este se apresenta muitas vezes como um ofício ‘feminino’, devido à delicadeza do trabalho minucioso e manual (BARBOSA; D’AVILA, 2014).

A Entrevistada 2, lembra que a Economia Solidária no mundo tem a tradição de ser representada por mulheres, que a identificam como uma fonte de renda, onde ela afirma que “a Economia Solidária tem muito preconceito que é só pano de prato e crochê, é muito além disso, gera renda e trabalho”.

A faixa de idade dos integrantes seria na média mulheres acima dos 50 anos, o que é uma preocupação para a continuidade da economia solidária, de acordo com a Entrevistada 2, pois o recurso humano é finito, visto que as artesãs vão envelhecer. É um desafio da Economia Solidária, o de promover o desenvolvimento e de trazer as pessoas mais jovens, a fim de garantir o seguimento do setor.

Para a Entrevistada 1, algumas mulheres iniciaram suas atividades na Casa de Ecosol por *hobby*, pois encontraram no local um grupo de amizade. Ressaltou o desejo dos integrantes da Casa de Ecosol que pessoas mais jovens se unissem ao empreendimento, agregando mais artesãos e diversificados trabalhos.

Sobre o ingresso na Casa de Solidária, de acordo com a Entrevistada 1, inicialmente a Unissol exigia deveria ocorrer através de associações, ou seja, artesão já reunidos e constituídos em EES, porém agora é possível o ingresso individual. Atualmente, qualquer pessoa pode ingressar na Casa de Ecosol, contudo deve aceitar as normas da Economia Solidária e ter comprometimento com as atividades. É possível que a pessoa ingresse no Empreendimento, fique até 1 ano nessa situação, conheça a rotina de trabalho e os demais integrantes, e após se decida por participar de alguma associação já existente ou até mesmo montar um novo EES. Importante salientar que se recomenda a associação devido as vantagens, possibilidades de projetos, regularização. Mesmo quem não possua conhecimento em artesanato é possível ingressar, pois a Casa de Ecosol tem cursos ministrados pelos próprios integrantes. Salientou que teve um ano que foram ministrados 11 (onze) cursos, pois existe muita procura do público externo pelas atividades ofertadas. O objetivo com cursos é que quem realize depois já se integre a Casa da Ecosol.

A Entrevistada 2 complementa, que a pessoa ingressante na Casa de Ecosol terá um período de adaptação, onde ela vai conhecer a base da Economia Solidária, sendo explicada a ela desde o conceito e as características. A ingressante irá realizar o plantão de vendas uma vez por semana, com alguma das colegas mais experientes e com assim “com o tempo ela vai tomar a decisão se gosta ou se não gosta, se ela se sente parte do grupo”.

Ainda sobre o perfil dos integrantes, a Entrevistada 1, a maioria dos integrantes são de nacionalidade brasileira, porém por se tratar de uma Fronteira, tem integrantes uruguaios. Relata que se tratam na maioria de integrantes aposentadas e que tem sua atividade na Casa de Ecosol como uma renda complementar, pois ainda não seria possível sobreviver somente com o artesanato. A Entrevistada 2, complementa que tem alguns que são Micro Empreendedor Individual (MEI), e que o fato da maioria das artesãs possuírem outra forma de renda, às vezes afeta o comprometimento com a Casa de Ecosol. Ainda de acordo ela, a ideia da Casa de Ecosol incentivar aos integrantes que ingressarem de maneira informal que com o tempo se formalizem, para que possam ter um sistema de previdência, se aposentar, além de obter linhas de crédito para melhorar o seu EES.

A Casa de Ecosol possui três coordenadoras, dentre elas a Entrevistada 1 e a Entrevistada 2. A Entrevistada 1, é artesã da Associação Teares do Sul e sempre esteve

envolvida em todas as atividades, desde o atendimento, plantões de vendas, limpeza e pela sua experiência considera que existe a união de esforços para manter o EES, bem como os integrantes tem objetivos em comum, pois todos participam das rotinas. A Entrevistada 2, considera que existem integrantes dentro do EES que se comprometem mais, contudo considera o grupo relativamente unido. Relembrou que tinham a coordenadora Marisa, que concentrava muita responsabilidade, e no momento que ela faleceu, foi preciso reestruturar e os demais integrantes assumirem também responsabilidades. Hoje, existe uma melhor divisão das tarefas e gestão, pois “tanto trabalho nos deu chegar até aqui que isso não pode finalizar um dia, fechar a Casa e não ter mais o que fazer, pensamos sempre no futuro, eu penso daqui 5 anos se vou estar aqui em Livramento ou não, tem que ter pessoas que consigam tocar isso, manter para frente”.

No que tange às mudanças após o ingresso na Casa de Ecosol, a Entrevistada 1, relatou que conheceu o cenário dos bairros, pessoas com necessidades e que muitas vezes não tem o conhecimento que o seu trabalho artesanal pode ser colocado para venda na Casa, por exemplo, mulheres que produzem doces caseiro. Também, informou que passou a ter um conhecimento e posicionamento político e social, que é fator determinante para tomar decisões, pois acredita que ficou mais atenta aos acontecimentos locais e nacionais. A partir da Casa de Ecosol, foi possível viajar, participar de muitas reuniões, conhecer pessoas, trabalhos, uma grande diversidade.

A Entrevistada 2, relatou que seu ingresso na Casa de Ecosol proporcionou conhecer pessoas e socializar. Mas mudou seu modo de pensar, pois se tornou sua vida, pois resolveu estudar sobre o tema, e afirmou que mesmo que daqui 5 ou 10 anos resida em outra cidade, mesmo assim irá seguir trabalhando com Economia Solidária.

Abordada a questão de os integrantes participarem das decisões e processo de gestão, a Entrevistada 1, expõem que essas questões são repassadas aos integrantes, para que tenham o conhecimento que não estão “trabalhando pra alguém”, mas para si mesmo em uma situação de autogestão. Portanto, na Casa de Ecosol todos os integrantes têm voz ativa e podem expor suas ideias. Segundo Schiochet (2012), a autogestão coletiva que é uma especificidade da Economia Solidária, e que configura o conjunto de direitos e obrigações que os integrantes assumem, o que fica evidente quando a Entrevistada 2, afirma que na Casa de Ecosol acontece assembleias com todos os integrantes para a tomada das decisões.

Questionada se o EES recebe das Universidades e Órgãos Públicos, a Entrevistada 1, informou a importante ajuda dispendida pelas Universidades locais, tais como, Unipampa, IFSul e UERGS. Destacou que a Unipampa realizou projetos para a Feira de Ecosol em Santa

Maria, que proporcionou a viagem através do transporte, alimentação e pousada. Enfatizou que “até um xerox” se for preciso conseguem. Já quanto aos Órgãos Públicos, é sempre uma luta para conseguir verbas, que venham de políticas públicas.

A Entrevistada 2, complementa que não seria possível ir para Feira se não tivesse essa parceria com a Unipampa, devido toda a logística de integrantes, materiais, custo com hospedagem e alimentação, que caso não tivesse esse apoio, os produtos comercializados teriam um valor muito alto, finaliza afirmando que as entidades de ensino “abraçaram a causa da Economia Solidária”. Salientou a existência do projeto denominado Incubadora da Paz, que engloba todos os projetos de economia solidária da cidade, urbanos e rurais.

Em 2019, tratando-se ainda de apoio externo, a Entrevistada 2, narrou que no ano de 2019, antes da pandemia, apresentaram um projeto a Fundação Luterana da Diaconia (FLD), que trabalha com economia solidária e tem a característica de atender projetos de Economia Solidária que favorecem mulheres em situação de vulnerabilidade. Assim, daqui da região a Casa de Economia Solidária foram os únicos a serem contemplados e colocaram em prática o projeto durante 6 meses onde eram ministrados cursos. E, com o dinheiro da Fundação foram adquiridos os materiais para ministrar os cursos.

A gestão das despesas, de acordo com a Entrevistada 1, das vendas realizadas 10% do montante fica para a Casa de Ecosol, para a manutenção e limpeza. Visto se tratar de um prédio público o EES não pode realizar o pagamento de água e luz. Contudo, essa questão imposta já ocasionou por diversas vezes de ficarem desabastecidas de energia elétrica por quase 1 ano devido à falta de pagamento do Órgão responsável.

Outra característica importante da Economia Solidária é o regime de solidariedade, divisão de tarefas e a justa distribuição dos resultados. A Entrevistada 1, discorreu que 10% do valor total dos produtos vendidos, que foram fabricados pelos artesãos individuais fica para a Casa de Ecosol e os 90% no ato já é embolsado. Quanto aos EES que se encontram em associações, cada um tem seu modo de divisão dos resultados, por exemplo, na Associação Teares o montante dos resultados é dividido de maneira igualitária entre todos os integrantes. Já na Associação Mulher que Faz cada artesã realiza o seu trabalho, deixa os 10% de comissão para a Casa de Ecosol e o restante é o seu resultado. A Entrevistada ressalta que considera muito presente a solidariedade, pois já ocorreu de integrantes da Casa de Ecosol se encontrarem em uma situação difícil e ser realizada a união de esforços para ajudar através da solidariedade.

A Entrevista 1, aponta que:

Dentro de cada empreendimento eles resolvem como seria a parte econômica, mas cada um vai receber pelo que foi comercializado, ninguém cobra um salário por fazer um plantão, por fazer limpeza, nem por coordenar a Casa, nem por representar em uma feira. Por exemplo, em Teares do Sul a produção é feita por todos, por exemplo um faz a fiação, outro faz o fio, então o valor vendido se divide em forma igual. Dentro da Mulher que Faz cada produto corresponde a uma empreendedora, cada uma produz algo diferente. Por exemplo, dentro da Justa Trama que produz algodão e confecciona, a distribuição é equitativa.

A Entrevistada 2, abordou a característica da Economia Solidária em fazer os trabalhos em conjunto, a realização das atividades como feiras e viagens, atividades prejudicadas pela pandemia, sendo que Casa de Ecosol esteve um bom período fechada, principalmente pela idade das artesãs. Salientou que a Casa de Ecosol ainda não possui empreendimentos que ofereçam serviços, como por exemplos trabalhos domésticos, cuidado de idosos e crianças; tal iniciativa englobaria muitas mulheres.

A sustentabilidade é uma outra característica que deve estar presente nos EES, para a Entrevistada 1, entende a responsabilidade em ter atitudes sustentáveis, pois como utilizam muito a lã como matéria-prima, desejam realizar a sua lavagem, porém pela consciência ambiental não o fazem. Lembrou que a lã é um produto sustentável, que não agride o meio-ambiente. A Entrevistada 2, ressalta que a tosquia das ovelhas faz bem para o animal, sendo a elas benéfico.

Ao utilizar a lã como matéria-prima para a produção de peças artesanais “promove-se uma relação simbólica com o produto” (DIAS; ANICET; STEFFEN, 2015, p. 9). E, assim, defende-se a utilização e a valorização desta para os artesanatos, pois se trata de um “produto que muito fez pela economia e cultura do Estado, de alta qualidade e que está presente na memória coletiva e tradicional de um povo que tem como característica valorizar e retornar à suas raízes” (DIAS; ANICET; STEFFEN, 2015, p. 10).

Ainda, dentre as fibras têxteis utilizadas no mundo, a lã representa apenas 2% do total, dando-se prioridade para fibras sintéticas e o algodão, contudo a sua utilização mostra-se como nicho de mercado, onde as pessoas a adquirem por estarem dispostas a pagar mais caro, por tratar-se de uma matéria-prima diferenciada e sustentável (BERNHARD, 2013).

A Entrevistada 1, narrou a existência de artesãs que utilizam produtos que não são considerados sustentáveis, como por exemplo, o E.V.A. Nesse sentido, a Casa de Ecosol faz o trabalho de conscientização para que a artesã substitua o material. Existe também a

conscientização quanto a embalagem dos produtos e a utilização de em material sustentável e reutilizável, evitando o uso de sacolas plásticas.

Ainda, tratando-se de sustentabilidade quanto ao uso da matéria-prima, a Entrevistada 2 relata que a Justa Trama realiza sua plantação e colheita de algodão orgânico dentro dos conceitos de Economia Solidária. E, as integrantes que fazem parte da gastronomia, por exemplo a gastronomia, e produzem geleias de fruta adquirem a matéria-prima do produtor orgânico, para que a cadeia solidária fique em nosso município.

Pode-se resumir o perfil dos cerca de 50 integrantes da Casa de Economia Solidária como sendo mulheres, acima da faixa etária dos 50 anos, aposentadas, e cuja renda do EES é complementar. A maioria das artesãs integrantes estão desde o início das atividades do EES, no ano de 2013. A comercialização dos produtos realizados pela Casa de Ecosol, apenas 10% do valor é destinado a manutenção e aquisição de materiais. A Casa de Ecosol, recebe apoio externo através de projetos de instituições locais de ensino (Unipampa, UERGS, IfSul).

Observando as características da Economia Solidária, de acordo com a SENAES (2006), a Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento/RS atende a cooperação, pois agregam um grupo de mulheres artesãs com objetivos comuns, que exercem o compartilhamento das atividades. Quanto a autogestão é presente a característica visto que mesmo se constituindo com 3 (três) coordenadoras, as decisões são tomadas através de Assembleia entre todas as integrantes do Empreendimento, e mesmo com o apoio externo de instituições de ensino, tal fato, não impede o protagonismo nas decisões por parte das artesãs. No que se refere a dimensão econômica a agregação de esforços possibilita a produção e comercialização de bens, que fortalecem a cultura local e consideram as questões ambientais e de sustentabilidade, favorecendo com uma renda complementar. No que se refere a solidariedade na Casa de Ecosol, existe a justa distribuição dos resultados, o ingresso possibilita a inclusão social, e a oferta de cursos a comunidade favorece a inclusão social até mesmo de um público com necessidades especiais.

Para Luz *et al.* (2016), existe muita riqueza na formação dos EES de Sant'Ana do Livramento, portanto, ressalta-se que os integrantes da Casa de Economia Solidária do município de Sant'Ana do Livramento praticam a cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade, o que permite a eles uma dimensão econômica dentro dos critérios estabelecidos pela Economia Solidária, através da inclusão social, geração de emprego e renda.

4.1.2 Associação de Catadores Novo Horizonte

A Associação de Catadores Novo Horizonte, foi fundada em 2014, através de um projeto denominado Minuano, que visava estruturar as atividades dos catadores na Região Sul do Rio grande do Sul, e através do trabalho coletivo na Associação resultaria em integrantes com maior dignidade e autonomia (BUNDE; COSTA; SILVA, 2019). Contudo, após o término do projeto a Associação não se manteve, se desarticulou e em 2016, através do projeto financiado pela CNPq a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Fronteira da Paz, da Unipampa, UERGS e IFSUL, deu-se início a atividades de acompanhamento e capacitação dos catadores.

Pela Associação Novo Horizonte é realizada a Coleta Seletiva, que é o recolhimento dos materiais separando os resíduos inorgânicos e recicláveis, tal processo realizado manualmente pelas catadores, permite que os materiais recicláveis não sejam contaminados pelos orgânicos, conseqüentemente aumentando a quantidade de resíduos que podem ser encaminhados para a reciclagem, um processo industrial que coloca esses materiais de volta ao ciclo de produção no qual foram originados. (BUNDE; COSTA; SILVA, 2019)

Segue alguns dos objetivos da Associação de Catadores Novo Horizonte:

- a) Resgate da cidadania de catadoras e catadores.
- b) Organização de catadoras e catadores conforme princípios da autogestão e da economia solidária.
- c) Constante qualificação social, técnica e operacional de catadoras e catadores.
- d) Defesa dos direitos básicos das famílias de catadores.
- e) Formação de parcerias com entidades governamentais e instituições da sociedade civil que atentem para o bem comum da cidade. (BUNDE; COSTA; SILVA, 2019, p. 123)

Logo, o problema detectado era que as catadoras/catadores “se encontravam reféns de poucos atravessadores que pagam valores módicos pelos materiais coletados. Logo, sem opção, vivem, há anos, uma situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e exclusão social”, como pode-se ver em Bunde; Costa; Silva (2019, p. 119). Outro problema detectado era a falta de um local para o armazenamento do material coletado, e assim em 2018, houve a cedência do galpão para a Associação, porém devido a precariedade do local foi necessária a captura de recursos para as reformas. Assim, a inauguração do seu galpão de reciclagem ocorreu em 29 de março de 2019, localizado na rua Tenente Aníbal Benévolo, nº 135 na antiga Praça da Estação, atualmente, tem-se como presidente a senhora Sara Barrios Soares.

Na Figura 11, é possível perceber a fachada do galpão da Associação e na Figura 12, material pronto para ser comercializado.

Figuras 11 e 12 - Galpão da Associação de Catadores Novo Horizonte



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Galeria da página do *Facebook* da Associação.

Atualmente, a Associação dos Catadores Novo Horizonte é composta por cerca de 7 catadores, sendo a maioria mulheres, onde o integrante mais novo tem 37 anos e o mais idoso tem 62 anos. Os integrantes trabalham exclusivamente na Associação, ou seja, não exercem outras atividades econômicas, apenas um integrante trabalha como guarda noturno. A maioria dos catadores estão desde a inauguração e o mais novo tem um ano e meio na atividade.

Ainda sobre o perfil dos integrantes da Associação, estes

apresentam uma série de vulnerabilidades que vão para além das condições do trabalho as quais vivenciam. A situação socioeconômica é muito fragilizada e acaba se refletindo em diversos aspectos das suas vidas. A baixa alfabetização, a precarização das condições de trabalho, de moradia e as carências referentes à saúde são algumas das dificuldades que enfrentam. (BUNDE; COSTA; SILVA, 2019, p. 133)

Devido ao baixo quantitativo de catadores, em consequência da pandemia, pois muitos não retornaram as atividades, a Associação tem realizado a coleta seletiva em Santana do Livramento em apenas alguns bairros, sendo eles, o Prado e região Central. O trabalho de coleta é realizado de segunda a sexta, e aos sábados realizam a classificação e triagem dos materiais.

Pelos catadores da Associação é realizada somente a coleta, triagem, separação, pesagem e a comercialização coletiva dos materiais que permite um melhor valor do que receberiam vendendo de maneira individual. Na Associação não existe nenhum tipo de produção e os materiais são adquiridos pela diretamente pela coleta realizada pelos catadores na cidade ou através da entrega pela comunidade que levam até o local, sendo que recebem principalmente os seguintes materiais: pets, papelão, papel alumínio (latinhas), ferro e não recebem isopor e vidro.

Sobre o início da Associação Novo Horizonte, a Entrevista 3, narrou que foi por acaso, pois sempre realizou sozinha a coleta de materiais, porém um dia se encontrava em uma via pública e foi interceptada pelo professor Dr. Altacir Bunde, da Unipampa. Nesse encontro o professor realizou o convite para a criação de uma associação de catadores. E, atualmente quase completando 3 (três) anos que atua na Associação, pois está desde a criação do EES, atualmente, é a presidente além de catadora, relata que realiza todas as tarefas que envolvem a atividade.

Associação devido a pandemia esteve um período sem o exercício das atividades por parte dos catadores, assim a Entrevistada 3, relembrou os momentos difíceis de quando ficou sozinha no galpão e tinha o pensamento de “se eu desistir da Associação ela vai cair, ela vai fechar”. Contudo, mesmo no cenário pandêmico conseguiram a doação de materiais e equipamentos.

Antes de ingressar na Casa, a Entrevistada 3, já tinha sua fonte renda fruto da reciclagem, e através dessa que criou seus 10 (dez) filhos. Emocionada relatou que “Eu sempre dependi da reciclagem, minha vida sempre foi essa, meu trabalho é esse, e é um trabalho que eu admiro, muitos dizem que não tem valor, mas para mim tem muito valor mesmo, foi daí que

criei meus filhos e estou criando os outros pequenos”. A Entrevistada informou que coletava os materiais, já realizava a venda e retornava ao seu lar.

Segundo a Entrevistada 3, quando trabalhava sozinha ela tinha que realizar a coleta e ao final do dia a venda, pois não tinha um local para armazenagem dos materiais, assim o valor recebido diariamente era pouco. Após o ingresso na Associação, afirma que ocorreu uma mudança positiva em sua vida, pois agora é possível realizar a coleta dos materiais, estocar e vender em maior quantidade, e conseqüentemente o montante recebido é melhor. O material é separado, estocado no galpão e a cada 15 (quinze) dias realizada a venda dos materiais. Inclusive, informa que trabalha todos os dias e que agora em associação trabalha mais, do que quando coletava sozinha.

De acordo com a Entrevistada 3, qualquer indivíduo que demonstrar interesse pode ingressar na Associação, desde que tenha vontade de trabalhar. O ingresso é realizado com uma semana de experiência, para verificar se ocorre a adaptação ao trabalho, sendo que tudo irá depender do resultado, interesse demonstrado e acordar com as regras do local.

Os integrantes da Associação, por enquanto, não realizam nenhum tipo de contribuição visando o benefício da aposentadoria, contudo é um objetivo a ser alcançado. Para a Entrevistada 3, o valor fruto da coleta seletiva, não possibilita o pagamento de uma contribuição previdenciária, pois faltaria para as necessidades básicas.

No que se refere a participação dos integrantes nas decisões e gestão, para Schiochet (2012), os empreendimentos econômicos solidários que se organizam solidariamente, devem praticar a autogestão. Segundo a Entrevistada 3, existe alguns conflitos nessa estão, porém são realizadas reuniões para a tomada de decisões e mesmo quando surge a fala que “como tu é a presidente tu tem que resolver”, ela explica aos demais integrantes que não é o patroa, que deve ocorrer o diálogo até acertarem o que é melhor. Portanto, todos são chamados para as reuniões, a presidente expõe a opinião e depois os demais, e assim se busca um acordo. Embora tenha a divisão de esforços com os demais integrantes. A Associação promove a autogestão, contudo em determinados momentos ocorre uma sobrecarga na entrevistada por ser a presidente.

Sobre a Associação receber ajuda externa, a Entrevistada 3, demonstrou sua indignação para com a esfera política local. Contudo, ressaltou o apoio das Universidades locais através de projetos, realizados principalmente pelos Professores Altacir Bunde (Unipampa) e da professora Cassiane da Costa (UERGS). Salientou que no processo de venda dos materiais coletados, sempre tem alguém para ajudar com a contabilidade, alunos ou professores das instituições de ensino.

Foi doado pela Receita Federal do município de Santana do Livramento um caminhão para auxiliar os catadores na coleta dos recicláveis. Outra ajuda externa que ocorreu no ano de 2019, trata-se da aprovação de um projeto denominado S do Sicredi onde a Associação foi contemplada com um valor de R\$ 19.904,00 para a coleta seletiva no município.

Tratando-se sobre o regime de solidariedade e divisão de tarefas, Singer (2002) pontua que a solidariedade na economia solidária ocorre pela associação entre iguais para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Na Associação Novo Horizonte, é possível verificar a união de esforços e divisão das tarefas. A Entrevistada 3, relata que todos os catadores atuam em conjunto, uns realizam a coleta seletiva e outros ficam no galpão separando e classificando os materiais. Ocorre de chegar da coleta e se for muito material, ainda ajudar na separação, resumiu com a frase “Todo mundo se ajuda”. Quanto as despesas, informou que no momento não possuem, pois, o prédio foi cedido e não utilizam ainda maquinários, nem fazem uso do caminhão; apenas tem a despesa com alimentação que cozinham no próprio galpão.

No início das atividades da Associação, segundo a Entrevistada 3, a divisão dos resultados fruto das vendas da coleta não ocorria de maneira justa, visto que os materiais (papelão, papel, alumínio, garrafa pet, etc) têm preços de mercado diferenciados. Assim, aquele integrante que traziam todo o tipo de material, era beneficiado por aqueles que coletavam os materiais de valor melhor pago. Contudo, em grupo foi criada a regra que cada um recebe pelo seu material coletado. O preço dos materiais é determinado pelo comprador, assim a Associação realiza o contato, a fim de negociar com o que oferece melhor valor.

Quanto a sustentabilidade, a Entrevistada 3, mostrou-se enfática quanto a importância do trabalho da Associação para o meio-ambiente, para ela “como eles dizem lixo, para nós é serviço”, pois realizam a limpeza.

Pensando nas características da Economia Solidária, de acordo com a SENAES (2006), a Associação de Catadores Novo Horizonte, atende a cooperação pois em sua maioria são mulheres que estão desde o início das atividades, bem como se tem presente a existência de interesses em comum e a união de esforços na prática da coleta seletiva.

A Associação Novo Horizonte pratica autogestão, pois mesmo com a presença de uma presidenta, as decisões são tomadas em assembleia entre todos os catadores. Existe o apoio de instituições locais de ensino (Unipampa e UERGS), porém apenas realizam a assistência técnica, de capacitação e assessoria, não comprometendo o protagonismo das catadoras.

Na dimensão econômica, cada integrante recebe um valor justo corresponde a sua coleta seletiva, cuja única renda é fruto do seu esforço, beneficiando o meio-ambiente e atendendo questões sociais.

A solidariedade é exercida, através da justa distribuição dos resultados, onde através da Associação foi possível melhorias nas condições de vida das catadoras e vantagens de barganha no momento da comercialização do material. Além, da finalidade da atividade ter o compromisso com o meio-ambiente, estabelecendo uma relação com a comunidade local que pode levar diretamente os materiais até o galpão.

Pode-se constatar que a Associação de catadores Novo Horizonte, possibilita a inclusão social, emprego e renda e aplicam as características da Economia Solidária, tais, como a cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade.

4.2 Tecnologia Social como uma vertente da tecnologia de Santana do Livramento/RS

Nesta seção se aborda a Tecnologia Social presente Casa de Economia Solidária e a Associação de Catadores Novo Horizonte, que para Rodrigues e Barbieri (2008, p. 1070) “compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”.

4.2.1 Casa de Economia Solidária

Quando falamos de Tecnologia Social, em Economia Solidária muitos são os desafios, que se inicia na interpretação do conceito. Nas entrevistas realizadas com as integrantes da Casa de Economia Solidária, questionou-se o entendimento sobre o tema e a existência de Tecnologia no empreendimento.

A Casa de Ecosol possui em sua sede um Brechó de roupas e calçados usados, que aliado a comercialização do artesanato, resulta em ganhos para as integrantes, bem como oferece a comunidade peças de vestuário a um preço acessível.

De acordo com o entendimento da Entrevistada 1 sobre Tecnologia Social, a Casa de Ecosol tem o projeto de criação de uma cooperativa/associação com a oferta de serviços como cuidados, faxinas, limpeza de pátio, irá atender e regularizar uma parcela da população que exerce tais atividades de maneira autônoma.

Visando melhorar a rotina diária de trabalho os integrantes da Casa de Ecosol desenvolveram objetos para facilitar o processo de produção artesanal. Dentre esses equipamentos se desenvolveu um fuso, criado a partir de cabo de vassoura e uma tampa plástica, que possibilita a realização dos fios grossos para confecção de xergão.

Também, é utilizado pelas artesãs um tear de madeira de pregos, que possibilita a realização de peças que irão resultar em colchas e toalhas. Tem-se uma régua em madeira com pregos alocada na parede que foi desenvolvida pelas artesãs para auxiliar com as medidas.

Figuras 13 e 14 – Tear e Régua em pregos



Fonte: Elaboração própria.

Outro material que foi desenvolvido pelas integrantes e facilita a produção artesanal se trata de uma roca, construída de produtos de simples e acessíveis. Fica evidente que os próprios artesãos no processo vão criando objetos que facilitam a sua rotina de trabalho.

Figura 15 – Roca



Fonte: elaboração própria.

Até mesmo o processo de criação de peças artesanais da Associação Teares do Sul segue um processo onde todos sabem tudo, porém cada integrante faz uma parte tornando a confecção mais célere.

Neste contexto, segundo Rodrigues e Barbieri (2008) a TS deve implicar na construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia. Assim, a Tecnologia Social aplicada/desenvolvida pela Casa de Ecosol foi resultado da interação com a comunidade e com outros Empreendimentos, resultando em construções coletivas.

O processo de controle de entradas e saídas é realizado da maneira tradicional, em um caderno, mas que facilita o entendimento por parte das artesãs que não possuem um conhecimento avançado em tecnologias digitais e planilhas, o que não gera a exclusão das artesãs do processo. Pois, segundo Rutkowski (2005), a Tecnologia Social, deve ser de fácil aplicação e baixo custo.

Os produtos vendidos são alocados em sacolas ecológicas ou com a opção de aquisição de ecobags. As ecobags são produzidas com materiais biodegradáveis permeadas pelos conceitos de sustentabilidade e proteção ao meio-ambiente. Tem como características, a possibilidade de reutilização para consumo, podendo ser lavadas, são mais resistentes, e utilizadas por em média 5 (cinco) anos. E, principalmente ao utilizar uma ecobag se evita o uso de sacolas plásticas, que possuem uma vida útil curta, não se degrada facilmente na natureza, poluindo rios e oceanos, o que afeta a vida marinha. Bem como, o processo de produção que se utiliza de petróleo ou gás natural, também é altamente poluente.

Figuras 16 e 17 – Ecobag e Sacola



Fonte: Galeria da página do *Facebook* da Associação. Fonte: Elaboração própria.

A Entrevistada 2, expôs que a Tecnologia Social também engloba tecnologias da informática que poderiam facilitar o trabalho e os processos, contudo na Casa de Ecosol as integrantes devido a sua faixa etária possuem dificuldades de acesso. A Entrevistada expôs que o EES possui uma página em uma rede social (*Facebook*), que permite um alcance maior de público e permite vendas, sobretudo nesse período pandemias. E depois a maioria dos processos de produção dentro da Casa de Ecosol são manufatura, então nessa parte não se faz muito o uso de Tecnologia Tradicional.

Ainda a Casa de Ecosol, oferta cursos para a comunidade local, em 2019, e assim foram ministradas 7 (sete) oficinas diferentes, onde as mulheres em situação de vulnerabilidade tiveram a oportunidade de aprender um ofício, e conseqüentemente ter uma renda extra. Os cursos foram ministrados na Casa de Ecosol, abertos ao público e gratuitos, e com material incluso. As artesãs da Casa da Ecosol ministraram as atividades, entre elas: crochê, tricô, pintura em tecido. A ideia é após a pandemia, retornar os cursos, com um custo baixo para atender aos interessados.

Atualmente, participando do Viva a Cultura 2020 projeto oriundo da Lei Federal de Emergência Cultural Aldir Blanc nº 14.017/2020, em repasses do Governo Federal para o município de Santana do Livramento, a Casa de Ecosol realiza cursos online, disponibilizados através de vídeos, postados em sua página do *Facebook* e acessíveis para toda a comunidade.

Para Rodrigues e Barbieri (2008), a Tecnologia Social é pensada para a emancipação dos usuários e construídas no coletivo. Os cursos ofertados pela Casa de Ecosol, ministrados pelas próprias artesãs e disponibilizados para a comunidade, proporciona inclusão social.

4.2.2 Associação de Catadores Novo Horizonte

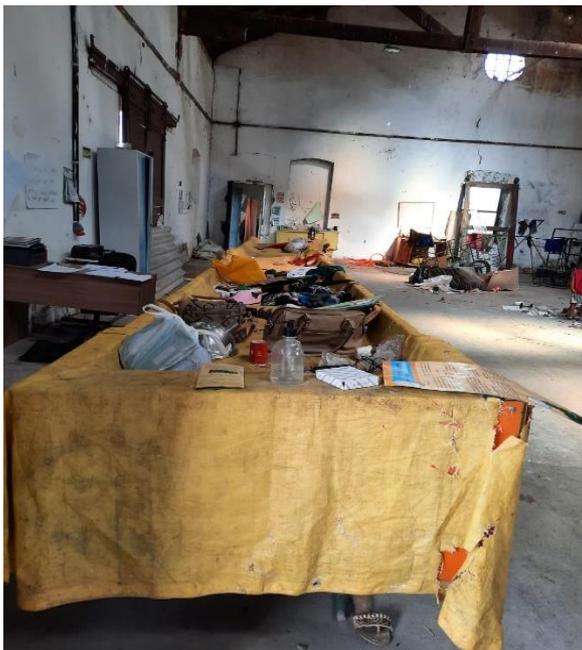
Buscando o entendimento da Tecnologia Social para a integrante da Associação Novo Horizonte, questionou-se verificar a existência de Tecnologia no empreendimento.

Para a Entrevistada 3, a Tecnologia Social seria algo para o crescimento do EES, todos os equipamentos utilizados pela Associação foram desenvolvidos em outras localidades, por exemplo, os carrinhos utilizados para as coletas vieram de Uruguaiana, mas vindos de outra Associação de catadores.

Figuras 18 e 19 – Materiais

Fonte: Elaboração própria.

A Entrevistada considera que o desenvolvimento ou aplicação de uma Tecnologia Social teria um custo elevado. Porém, ressalta que tudo que vier é benefício para melhorar a rotina de trabalho, como por exemplo, o caminhão que a Associação possui que irá possibilitar coletar uma maior quantidade de material.

Figura 20 e 21 – Mesa de triagem e materiais

Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Galeria da página do *Facebook* da Associação.

Segundo Rutkowski (2005), a Tecnologia Social deve proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos usuários e ser baixo custo, assim a utilização do equipamento de prensa vai permitir diminuir o volume dos materiais e deixá-los mais pesado. E o problema enfrentado de dor nas costas relatado pela Entrevistada 3, vai ser resolvido com a utilização da nova mesa de separação de materiais. Todos materiais de custo baixo e com a utilização de Tecnologia Social que irá melhorar a qualidade de vida das catadoras, e ainda proporcionar uma melhor renda.

4.3 Desenvolvimento local a partir da Tecnologia Social nos Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS

Nesta seção se aborda o desenvolvimento local que é proporcionado a partir da Casa de Economia Solidária e a Associação de Catadores Novo Horizonte.

4.3.1 Casa de Economia Solidária

Quando questionadas se consideravam que a Casa de Economia Solidária, através do desenvolvimento e aplicação da Tecnologia Social contribui para o desenvolvimento local, através da sustentabilidade, ambas entrevistadas responderam que sim. A Entrevistada 1, expôs a necessidade de pensar no impacto ambiental, que é fácil adquirir um produto pronto sem saber como foi fabricado, sendo que existe a possibilidade de adquirir produtos confeccionados com o uso de Tecnologia Social que se tornam mais naturais e com menor impacto ambiental. Como é o caso da utilização da lã, que é um produto sustentável, porém não realizam a lavagem por terem o conhecimento das necessidades de atendimento as questões ambientais.

Nesse sentido o artesanato em lã é um potencializador do desenvolvimento local de maneira sustentável devido à sua produção como um todo estar interligada ao contexto da sustentabilidade, incluindo desde as características da fibra, a mão-de-obra, o bem-estar do animal, o trato com o meio-ambiente, o uso saudável dos recursos e o incentivo ao uso de recursos locais (BERNHARD, 2013).

Nesse ponto, a Entrevistada 1, ressaltou que a principal matéria-prima utilizada pela Casa de Ecosol é a lã adquirida através das Barracas locais de lã, onde conseguem comprar em pequenas quantidades, lavada e as artesãs confeccionamos fios. Relembrou que quando a Cooperativa COOFITEC estava em funcionamento na região central do município, pensaram

em adquirir a lã diretamente dos produtores rurais, mas percebeu que não houve interesse real por parte deles.

Ressalta-se aqui, para Nocchi (2001), a crise no setor afetou as exportações, e as cooperativas responsáveis pela cadeia de processamento da lã foram desaparecendo. Tal acontecimento resultou em 196 desempregados diretos no lanifício Thomaz Albornoz. Com o fechamento das atividades muitas dívidas com fornecedores, salários atrasados etc. ficaram pendentes de resolução. Todavia, os funcionários em negociação com a empresa, optaram pela organização de uma Cooperativa de Trabalho. Foi a partir dela que patrão e funcionários da empresa chegaram a um acordo, assinando um contrato de comodato para uso das instalações e abertura do negócio.

Foi por meio deste acordo que, em 14 de outubro de 1996, os trabalhadores, se organizaram na Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Fiação e Tecelagem de Santana do Livramento Ltda. (COOFITEC), iniciando os trabalhos novamente. Cabe ressaltar que muitos dos cooperados eram ex-funcionários do empreendimento que se uniram para dar continuidade aos trabalhos, administrando, assim, mesmo com muita dificuldade, o empreendimento. A cooperativa na sua fase inicial era composta por 21 associados fundadores e mais 86 pessoas membros, antigos trabalhadores do lanifício que agora se vincularam a cooperativa (SILVA, 2001). Atualmente, a COOFITEC teve que sair do seu local devido a venda do prédio, e se encontra com muitas dificuldades de organização, conseqüentemente a ausência da sua atividade fez com que as artesãs da Casa de Ecosol tivesse que buscar outra forma de adquirir a lã para as peças.

A Entrevista 2, retrata que na Casa de Ecosol o EES Justa Trama, faz todo o seu processo utilizando-se de Tecnologia Social para obter um algodão orgânico, natural. Relatou que historicamente o algodão foi produzido na cor branca, pois seria mais fácil para os escravos plantar, colher e depois tingi-lo para vender as peças. Atualmente, a Justa Trama resgatou o plantio do algodão orgânico em cores, para esse processo se realizou cursos na Bolívia e Colômbia de tingimento visando manter as características naturais e não perdesse a essência. Portanto, realizaram cursos e tem o uso de Tecnologia Social.

Figura 22 – Banner da Justa Trama



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, a Justa Trama precisou adquirir conhecimento e aprendizado através de cursos e se utilizando de Tecnologia Social para manter o procedimento natural e sustentável. Também a tintura utilizada para dar a coloração é composta de produtos orgânicos, tais como, folhas, produtos típicos das plantas. Ainda relatou o fato das peças embora serem tingidas em uma máquina, que é um tecnologia tradicional, o processo e os produtos utilizados são Tecnologia Social.

No que se refere ao compartilhamento de ações relacionadas à Tecnologia Social entre os empreendimentos, a Entrevistada 1 ressalta que os cursos realizados pela Justa Trama são uma forma de compartilhamento de Tecnologia Social. E, que a possibilidade dos integrantes da Casa de Ecosol irem em feiras e encontros possibilita a troca de conhecimento. A Feira de Economia Solidária de Santa de Maria, possibilitou o contato com empreendimentos de muitas localidades do Brasil e do exterior, cria-se assim uma rede de contato. Em uma das participações a Entrevistada conheceu artesãos que trabalham com lã na Argentina e receberam o convite para irem ao local conhecer. Ressalta, que a localização geográfica, às vezes prejudica maior contato com outros empreendimentos. Eventos realizados pela Unissol e pela Federação Luterana da Diacomia (FLD), realiza também reuniões e cursos entre todos os

empreendimentos e possibilita a troca de conhecimento e aprendizado, onde a Tecnologia Social é compartilhada.

A Entrevistada 2, manifestou que uma das características da Economia Solidária é o compartilhamento de ações e processos que envolve a Tecnologia Social, antes da pandemia ocorriam de maneira presencial, agora realizam reuniões virtuais, inclusive em maio desde anos Unissol realizou uma Assembleia virtual com empreendimentos de todo o Brasil. Portanto, segundo a entrevistada 2, “A economia solidária tem isso de muito de compartilhar de se encontrar, de compartilhar experiência, informação, e tem isso muito na essência da Economia Solidária.”

No que se refere à importância/contribuição da Casa de Ecosol, através de sua Tecnologia Social, para o desenvolvimento do município de Santana do Livramento, a Entrevistada 1, afirmou que se fosse prefeita iria incentivar os Empreendimentos Solidários através de políticas públicas, pois os integrantes fazem uso de Tecnologia Social, e assim, geram emprego e renda a muitas famílias. A ideia das Feiras Itinerantes, irá possibilitar levar a Economia Solidária aos bairros. A entrevistada desabafa que “ A economia solidária ajuda muito o município nisso, a gente só precisa da reciprocidade dos administradores”.

Para a Entrevistada 2, a Casa de Ecosol fazendo uso de Tecnologia Social, contribui para mostrar a sociedade o quanto a Economia Solidária pode mudar a vida das pessoas, sobretudo mulheres. Portanto, a Casa de Ecosol permite o acesso a uma formação profissional, renda extra e a inserção em grupo de mulheres, socializar. A importância é que permite as mulheres artesãs (visto serem a maioria na Casa), consigam através da Economia Solidária uma forma de sobrevivência, para ela quem está incluída na Economia Solidária tem o orgulho de dizer “Eu sou crocheteira posso sobreviver, eu cozinho, eu limpo, eu faço faxina, eu cuido das pessoas e através disso fazer acontecer um trabalho digno”.

A Entrevistada 1 considera que as atividades, feiras e cursos ofertados para a comunidade a Casa de Ecosol contribuiu para o desenvolvimento de Santana do Livramento mantendo as artesãs ativas, pois não se trata apenas de trabalho é também lazer, possibilitando que as integrantes idosas possam ter uma vida ativa. Considera o grupo amigável e unido e um orgulho para a Casa de Ecosol foi a oferta de um curso para pessoas com deficiências, relatou que foi de muita emoção para as artesãs e um aprendizado de vida. Após o curso, houve a inclusão social de um dos alunos que é surdo-mudo, sendo que ele agregou muito por ser minucioso nas tarefas, na realização dos fios em lã. Percebe-se a importância dos cursos ofertados pela Casa de Ecosol, pois segundo Daniel (2002), não basta apenas se desejar um desenvolvimento local, deve vier este com inclusão social.

Figuras 23 e 24 – Registro de uma Feira e do Curso de estofamento



Fonte: Galeria da página do *Facebook* da Casa.

Em outro curso, a Entrevistada 1, conta que uma avó levou sua neta que era uma menina especial, e para surpresa ela se adaptou bem ao curso e realizava as atividades com muita delicadeza. Foi nítido que a menina por estar participando do curso junto a outras pessoas, a faziam se sentir incluída e importante. A entrevistada registra que esses momentos proporcionam um crescimento pessoal para artesãs e contribuem para o desenvolvimento do município.

Para a Entrevistada 2, a Casa de Ecosol através de sua Tecnologia Social, proporciona o desenvolvimento do município de Santana do Livramento por fomentar a cultura local através de suas peças artesanais. Considera que em tempos de crise a Economia Solidária se trata de uma possibilidade para muitas mulheres que se encontram desempregadas, e muitas passaram a fazer bolos, doces; e podem vir a se agregar na Casa de Ecosol.

4.3.2 Associação de Catadores Novo Horizonte

A Entrevistada 3, considera que a Associação de Novo Horizonte, através do desenvolvimento e aplicação da Tecnologia Social contribui para o desenvolvimento local, através da sustentabilidade. Considera que os benefícios proporcionados pela Tecnologia Social, possibilita um volume maior de retirada de materiais que iriam para o lixão ou seriam depositados na natureza. Desabava que o trabalho da Associação impede que os materiais façam a poluição das ruas, parem em bueiros ocasionando pontos de alagamentos em dias de chuva; assim a cidade resulta mais limpa.

Quanto ao compartilhamento da Tecnologia Social com outro EES do município de Santana do Livramento, a Entrevistada 3 ressalta que ocorreram em poucos momentos, mais em reuniões. Na inauguração do galpão da Associação ocorreu a presença de uma das coordenadoras da Casa de Economia Solidária, demonstrando a importância da união entre os EES locais. Porém, com outras Associações é bem intenso, existe muita troca de informações e conhecimento. Foram realizadas viagens para visitas em associações na cidade de Uruguaiana e Porto Alegre.

Sobre a importância/contribuição do EES através da sua Tecnologia Social para o desenvolvimento do município de Santana do Livramento, Rutkowski (2005) aborda a necessidade de uma dimensão tecnológica e novos conhecimentos, de maneira a alavancar o desenvolvimento local, apoiado na sustentabilidade e inclusão social. Assim, a Entrevistada 3, ressalta que todos os benefícios que envolvem a Tecnologia Social, que trazem melhorias para as catadoras e geram aumento de renda são importantes, pois todas dependem dessa atividade para sustentar suas famílias. Bem como, o trabalho realizado gera benefícios para o município, empregos pois existe a vontade de trabalhar e contribuir para o fortalecimento e crescimento da Associação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando-se nos princípios basilares da Economia Solidária que é cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade, a Associação de Catadores Novo Horizonte e a Casa de Economia Solidária, e dentro das especificidades de cada Empreendimento Solidário, estes atendem a essas características e as tem presentes em suas atividades.

Observando ambos os Empreendimentos, ficou nítido que a cooperação ocorre pela união de esforços em sua maioria de mulheres, com objetivos comuns para a prática das atividades de artesanato ou coleta seletiva e exercendo a responsabilidade solidária.

Os Empreendimentos exercem a autogestão, pois mesmo com as figuras das integrantes responsáveis (coordenadoras e presidenta), as práticas são participativas no processo de trabalho, bem como nas decisões estratégicas, com a realização de assembleias e reuniões. Ambos Empreendimentos recebem o apoio externo de instituições de ensino que auxiliam nas dificuldades e aprimoram as rotinas de trabalho e gestão, mas não impedem que estes se mantenham protagonistas da ação.

Na dimensão econômica, foi possível constatar que nos Empreendimentos Solidários existe a agregação de esforços, sendo que na Casa de Ecosol é presente na confecção dos produtos e comercialização de artesanato e na Associação Novo Horizonte na prestação do serviço de coleta de seletiva. Os resultados são compartilhados de maneira justa, ou como uma fonte complementar ou como única fonte de renda. Assim, como as atividades de ambos Empreendimentos atendem os critérios de eficácia e eficiência, nos aspectos de valorização da cultura local, cuidados ambientais, atendimento a fatores de sustentabilidade e sociais.

A solidariedade é exercida, através da justa distribuição dos resultados e atividades, permitindo melhorias nas condições de vida das integrantes dos Empreendimentos. A formalização em EES possibilita vantagens na produção e comercialização. Além, da finalidade das atividades terem o compromisso com o meio-ambiente, aproximação com a comunidade local, sentimento de pertencimento das integrantes.

Assim, a Economia Solidária de Santana do Livramento/RS através de seus Empreendimentos Solidários, Casa de Economia Solidária e Associação Novo Horizonte, aplicam os princípios básicos da Economia Solidária, tais, como a cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade.

Nesse sentido, e visando responder pergunta problema: Qual o papel da Tecnologia Social desenvolvida pelos Empreendimentos de Economia Solidária de Santana do Livramento/RS no processo de desenvolvimento local?

Chega-se as seguintes considerações, que os Empreendimentos Solidários aplicam/desenvolvem Tecnologia Social, mesmo sem o conhecimento formal do conceito de Tecnologia Social. Muitas das Tecnologia Social presentes no EES, foram construídas no coletivo pelos integrantes com base em conhecimento popular ou através da troca de conhecimento com outros Empreendimentos.

Constatou-se que a Tecnologia Social dos EES de baixo custo, resulta em melhorias na qualidade de vida dos integrantes, contribui facilitando a rotina de trabalho, agrega valor de maneira sustentável, proporciona inclusão social, e conseqüentemente fomenta a geração de emprego e renda.

Portanto, os resultados da pesquisa demonstram a importância de se estimular os Empreendimentos de Economia Solidária, pois através da sua Tecnologia Social irão contribuir para o desenvolvimento local.

Para finalizar, ressalta-se que a Tecnologia Social desenvolvida pelos Empreendimentos de Economia Solidária em Santana do Livramento/RS necessita de mais estudos, pois o cenário de pandemia resultou no fechamento prolongado das atividades, fator que prejudicou a inserção desta pesquisadora nas observações participantes.

Sugere-se para estudos futuros, analisar os impactos da pandemia nos Empreendimentos Solidários Econômicos. Por fim, recomenda-se aos integrantes dos Empreendimentos Solidários nunca percam a sua força e união e possam dar continuidade a essas importantes atividades baseadas nos conceitos da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

BAFFI, S. M. O. **Qualidade de Vida de Participantes de Programas de Economia Solidária**. 104 f. Dissertação (Mestrado Psicologia da Saúde) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

BARBOSA, R. N. de C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAVA, S. C. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 103-116.

BERNHARD, E. A. Produção Sustentável e Alternativas para o Mercado de Lã. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESPECIALISTAS EN PEQUEÑOS RUMIANTES Y COMÉLIDOS SUDAMERICANOS. **Anais...** p. 8 -16, 2013. Disponível em:
<<http://www.caprilvirtual.com.br/Artigos/CongressoLatinoamericanoPequenosRuminantes2013/palestras/0000011186-PALESTRA2Bernhard.pdf>>. Acessado em: 10 de mar. 2021.

BRANDÃO, F. C. **Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas – PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – UnB, Brasília, 2001.

BRASIL. Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRUSEKE, F. J. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: 4,ed, Cortez Editora, 2003. p. 29-39.

BONI, V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v.,2, nº 1 (3), jan/ jul, p. 68-80, 2005.

BUNDE, A.; COSTA, C. ; SILVA, B. A. Inclusão Socioeconômica de catadores(as): Implantação da coleta seletiva solidária em Sant'Ana do Livramento/RS. In: Loiva Mara de Oliveira Machado, Hamilton de Lima e Souza. (Org.). **Educação ambiental, Trabalho e Controle Social: caminhos, desafios e construções**. 1ed.Timburi: Cia do eBook, 2019, v. 1, p. 118-139.

CAGED. **Microdados RAIS e CAGED**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>>. Acesso em 22 mar. 2020.

CARDOSO, F. H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4, out/dez, p. 148-155, 1995.

CARDOSO, F. H.. FALETTO, E.. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CHISSANCHO, C; USSENE, V. O cooperativismo como fator do desenvolvimento económico e social: potencialidades, oportunidades e desafios - estudo de caso (Metuge, Moçambique). **Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento**, nº 4, 2015.

CHRISTOFOLETTI, C. M. C. Município de Rio Claro (SP – Brasil). In: SILVANA, Maria Pintuadi (Org.). **Economia Solidária: Um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. p. 115-125.

CORAGGIO, J. L. A proposta de economia solidária ante a economia neoliberal. In: SILVANA, M. P. (Org.). **Economia Solidária: Um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. p. 15-26.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOMEKH, N. Construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Org). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 17-40.

DANIEL, Celso. **Perspectivas que o D.L. e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: DE PAULO, A. et al. (Orgs). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, R. A Tecnologia Social e seus desafios. In: LASSANCE JR., A. et al. **Tecnologia Social** – Uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, R. (org.). **Caderno de Textos para Discussão** - Finep, Rio de Janeiro, 2008.
DAGNINO, R (org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

DAGNINO, R. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade** / Renato Dagnino, (org.). 2. ed. rev. e ampl., Campinas, SP : Komedi, 2010.

DAGNINO, R. **Tecnologia social. Contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

DAGNINO, R. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 207-265.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 19-34.

DAGNINO, R; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DIAS, É. A.; ANICET, A.; STEFFEN, C. A lã como matéria-prima: Seus processos de simbolização e comunicação através da ótica pierciana. In: XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação SEPesq – 19 a 23 de outubro de 2015. **Anais...** Centro Universitário Ritter dos Reis. Disponível em: <
http://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/861/995.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

DO NASCIMENTO, D. T.; BENINI, E. G.; BENINI, E. A.; PETEAN, G.H. A TECNOLOGIA SOCIAL E SEU PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: uma Análise no Contexto da Economia Solidária. In: **II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação**. Anais [...]. Naviraí: MS, 2018.

FAVARETO, A. Empreendedorismo e dinamismo dos territórios de baixa densidade empresarial: uma abordagem sociológica e econômica. **Raizes**, Campina Grande, v. 24, n.1, jan./dez., 2005. p. 32-44.

MELLO, R. F.; MELLO, R. E. S. Tecnologia Social e economia solidária e as possibilidades de inserção soberana na economia. In: VII ENEDS. **Anais [...]**. Minas Gerais, 2010.

FBES - FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária; Plataforma da Economia Solidária., 2008.

Disponível em:

<www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=379&Itemid=216>.

Acesso em: 20 mar. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (FBB). Banco de tecnologias sociais. Disponível em:

<www.tecnologiasocial.org.br/bts/>. Acesso em: 20 jun.2019.

GAPI – Grupo de Análise de Políticas Públicas. **Caderno de textos base para discussões do I Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social.** Salvador: 2006. Disponível em:

<http://ige.unicamp.br/gapi/Forum_RTS_Textos_Base.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GARCIA, S. G. A tecnologia social como alternativa para a reorientação da economia.

Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K. at al. (Orgs). **PESQUISA QUALITATIVA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: Paradigmas, Estratégias e Métodos.** São Paulo: Saraiva, 2006. p.115-146.

GODOY, C. R; e De Mello, P.L.C.O. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K. at al. (Orgs). **PESQUISA QUALITATIVA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: Paradigmas, Estratégias e Métodos.** São Paulo: Saraiva, 2006. p.115-146.

GUIMARÃES, A. Q. **Iniciativas para a promoção de emprego e renda:** políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338, nov. 2011.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização. In: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1997.

HIRSCHMAN, A. O. O desenvolvimento não-equilibrado: uma defesa. In: HIRSCHMAN, A.O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1960.

HORODYSKI, G. S. **O artesanato dos campos gerais do Paraná**. 130 f. Dissertação (Mestrado Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2006.

IBGE. **Sant'Ana do Livramento Rio Grande do Sul - Histórico**. Publicado em 2010. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431710>. Acesso em: 09 fev. 2020.

IBGE. **Panorama de Sant'Ana do Livramento**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>>. Acesso em 09 fev. 2020.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio G. (Org.). **Sentido e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 18-53.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS. **O que é Tecnologia Social**. Disponível em: <<http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

ITS – INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. 2020. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

KAYSER, B. **O Geógrafo e a Pesquisa de Campo**. Boletim Paulista de Geografia N°84. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Julho 2006. p. 93-104.

KAPRON, S. Economia popular solidária: política pública para o desenvolvimento. In: SILVANA, Maria Pintuadi (Org.). **Economia Solidária: Um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. p. 47-57.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M de A. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LANDES, D. S. **Prometeu desacorrentando**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 627p.

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA, G. C. de. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MARIETTO, M. L. Observação Participante e Não Participante: Contextualização Teórica e Sugestão de Roteiro para Aplicação dos Métodos. In: **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**.10, São Paulo, v.17, n.4, 2018. p. 5-18.

MAZURANA, J; DIAS, J. D.; LAUREANO, L.C. **Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**. Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

MINAYO, M. C. S. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOURÃO, N. M. Tecnologias sociais e empreendimentos criativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. **Revista Brasileira de desenvolvimento regional**, Blumenau, v. 5 (1), p. 53-67, 2017.

MUNHOZ, Dércio G. **Economia Aplicada: Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica**. Brasília: Editora UNB, 1989.

NAGEM, F. A.; JESUS, S. A. V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. **Mercado de trabalho**, v. 54, fev. 2013.

NEVES, E. F. das. **A capacitação para a gestão de empreendimentos de economia solidária: experiências e propostas**. 187f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

NOCCHI, E. D. **Os efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos socioeconômicos no município de Santana do Livramento RS Brasil**. 71 f. Dissertação (Mestrado em Integração e Cooperação Internacional). - CERIR, Universidad Nacional de Rosario Argentina, 2001.

NUNES, R. E. S. de S. Socieconomia solidária. In: SILVANA, M. P. (Org.). **Economia Solidária: Um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. p. 59-67.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo: História**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp>>. Acesso em: 15 de abr. 2020.

PINTO, J. R. L. **Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise**. 213 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **Boletín Económico da América Latina**, Santiago do Chile, v.7, n.1, 1962.

RODRIGUES, I. BARBIERI, J.C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 42, n.6, p. 1069-1094, 2008.

RUTKOWSKI, J. E. Rede de tecnologias sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In: LIANZA, S; ADDOR, F. (Org.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre, editora UFRGS, p. 196-212, 2005.

SABATÉ, A. M. F. A economia do trabalho. In: SILVANA, Maria Pintuadi (Org.). **Economia Solidária: Um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. p. 33-45.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Editora Vértice, 1986.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANDRONI, P. (ORG). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em debate**, Contestado, n. 1, jul. 2012.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SARDÁ, M.; NOVAES, H. T. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, Édi; et. al. (Orgs). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. vol. 2. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 153-186.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Urbanização na fronteira: expansão de Sant’Ana do Livramento - RS. Porto Alegre: EdUFRGS/PM de Sant’Ana do Livramento, 1993. 142 p.

SCHIOCHET, V. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. In: BENINI, Édi; et. al. (Orgs). **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. v. 2. São Paulo: Outras Expressões, p. 17 - 44, 2012.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Introdução de Rubens Vaz da Costa. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (*Os Economistas*)

SCIELLO. **Scientific Eletronic Library Online**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em 5 nov. 2019.

SEN. A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAES. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. Disponível em: <<http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam?cid=1263>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SENAES. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Apoio e fomento as iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário, 2013. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F00FA3A014F049956C43456/Num%204%20Fomento%20as%20Finan%C3%A7as%20Solid%C3%A1rias.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Publicado em 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SHINKAWA, G. Z.; MENEGHETTI, R. C. G. A importância do conceito de Tecnologia Social no contexto da Etnomatemática. **Acta Scientiae**, Canoas, v.15, n. 3, p 432-446, set./dez. 2013.

SIEDENBERG D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico uma síntese. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, v. 1, n. 1, p. 45 – 71, 2003.

SIEDENBERG D. R. DESENVOLVIMENTO: ambigüidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em questão**. Ijuí, v, 2, n. 3, p. 9 - 25, 2004.

SILVA, L. M. da. **A coexistência entre os princípios cooperativos e a gestão empresarial numa cooperativa de trabalho: estudo de caso da COOFITEC**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFRGS, Porto Alegre, 2001.

SILVEIRA, C. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 41 – 66, 2010.

SINGER, P. **Uma utopia militante - repensando o socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **A economia solidária no governo federal**. IPEA. Mercado de trabalho. Publicado em: 2004.

SOWEKH, N. A construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 17 - 40, 2010.

SPELL. *Scientific Periodicals Eletronic Library*. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busca=simples&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=tecnologia+social&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&mes_inicio=&ano_inicio=&mes_fim=&ano_fim=&qtd_reg_pagina=100>. Acesso em 05 nov, 2019.

STAKE, R. E. Case study methods in educational research: seeking sweet water. In: *JAEGER, R. M. Complementary methods for research in education*. Washington, DC: American Educational. research Associations, 1988. p. 253 – 265.

TARJA, S. F. **Informática na Educação**: Novas Ferramentas Pedagógicas para o Professor na Atualidade. 9. ed. São Paulo, Érica, 2012.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

THIRY-CHERQUE, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, v.3, 2009.

VENTURA, A. C.; ANDRADE, J. C. S.; DE ALMEIDA, A. C. A. Soluções locais para problemas globais: análise de possíveis contribuições das tecnologias sociais para a mitigação do aquecimento global. **Revista Ciência Administração**, Fortaleza, v. 17, n. 3, p. 768-795, set./dez. 2011.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Este roteiro de entrevista tem como objetivo levantar dados para o estudo intitulado “**A TECNOLOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**”. O presente estudo tem a orientação do Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão. Trata-se de pesquisa que é requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Ressalta-se que os dados aqui coletados são absolutamente sigilosos, não serão divulgadas quaisquer informações que levem à identificação dos sujeitos.

Data da aplicação: _____

Horário início: _____

Horário término: _____

Nome do entrevistado (a): _____

Bloco 1: Perfil socioeconômico, do Empreendimento e dos integrantes			
Nº.	Categoria	Questões	Autores de Referência
1.	- Identificação	Qual seu nome completo? Idade?	
2.	- Grau de Escolaridade	Quantos pessoas moram com você?	
3.	- Estado Civil	Qual seu nível de escolaridade?	
4.	- Composição do núcleo familiar	Qual seu estado civil?	
5.	- Renda familiar	Aproximadamente em qual faixa salarial se encaixa a sua renda familiar?	
6.	Perfil do EES	Fale um pouco como se deu a criação do EES.	
7.	Perfil dos integrantes do EES	Trace um perfil dos integrantes do EES. Quantos são os integrantes? Qual a média de idade dos participantes? A maioria dos integrantes é do sexo masculino ou feminino?	
Bloco 2: Economia solidária e Empreendimentos de Economia Solidária			
Objetivo específico: Descrever a Economia Solidária e os Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS.			
1.	Dimensão Econômica	Além do EES, os integrantes exercem outra atividade econômica? Como era a vida dos integrantes antes de ingressar no EES?	SENAES Christofoletti (2002) Dagnino (2014) Schiochet (2002) Singer (1999, 2012)
2.		Os integrantes contribuem para previdência (INSS)? São microempreendedores individuais (MEI)? Aposentados? Outro? O Trabalho no EES é uma fonte de renda?	
3.	Cooperação	Qual (is) atividade exerce dentro do Empreendimento de Economia Solidária? Existe a união de esforços para manter o	SENAES Singer (2002)

		EES? Os integrantes possuem objetivos em comum?	Christofolletti (2002)
4.		O que mudou na vida após o ingresso no EES?	
5.	Autogestão	Qual seu tempo de atuação dentro do Empreendimento de Economia Solidária? Qual atividade exerce? Quanto tempo de ESS tem o integrante mais antigo? Os integrantes participam das decisões e processo de gestão?	SENAES Nunes (2002)
6.		O EES recebe ajuda externa? Universidades? Órgãos Públicos?	
7.	Solidariedade	Qualquer pessoa pode ingressar no EES? Como pode ser realizado o ingresso? Quais as atividades e produtos são oferecidos pelo EES? O EES produz para consumo próprio dos integrantes?	SENAES Christofolletti (2002)
8.	Solidariedade	Vocês atuam em regime solidariedade, como é realizada a divisão das tarefas? Das despesas? E dos lucros? Existe uma justa distribuição dos resultados?	Kapron (2002)
9.	Solidariedade	O EES pensa em meios de produção sustentável?	
Bloco 3: Tecnologia Social			
Objetivo específico: Caracterizar a Tecnologia Social como uma vertente da tecnologia de Santana do Livramento/RS.			
Nº.	Categoria	Questões	Autores de Referência
1.	- Entendimento	O que você entende por Tecnologia Social? Você acredita que no seu EES existe Tecnologia Social? Quais?	
2.	- Criação/custo	A TS desenvolvida/aplicada é criada pelos próprios integrantes do EES ou são absorvidas de algum meio externo?	Rodrigues e Barbieri (2008), Dagnino (2004, 2010, 2012, 2014)
3.		Você considera o custo de criação/implementação/aplicação de uma TS baixo ou elevado?	
4.	- Qualidade de vida, Inclusão Social e Renda	Como são aplicadas/implementadas as TS? Como facilita/contribui para a rotina de trabalho/gestão? Quais os benefícios?	Rutkowski, (2005), Dagnino (2004, 2010, 2012, 2014)
5.		Com a aplicação/implementação da TS houve uma maior inclusão social e melhoria na condição de vida dos integrantes?	
6.		Após a aplicação/implementação da TS houve ganho de tempo nas atividades?	
7.		O que você acha que muda/mudou na sua vida dos integrantes após o uso da TS?	
8.		Após a aplicação/implementação da TS houve alguma melhoria na renda do EES?	

Bloco 4: Desenvolvimento Local			
Objetivo específico: Identificar o desenvolvimento local a partir da Tecnologia Social nos Empreendimentos da Economia Solidária de Santana do Livramento/RS.			
1.	- Sustentabilidade	Você considera que a aplicação da TS contribui para um desenvolvimento local sustentável, minimizando impactos ambientais?	
2.	- Difusão	Existe o compartilhamento das ações relacionadas à TS junto a outros EES locais?	
3.		Qual a importância/contribuição que você julga ter o EES através de sua TS para desenvolvimento local do município de Santana do Livramento?	
Bloco 5: Livre			
1.		Gostaria de contribuir com mais alguma informação?	

APÊNDICE 2 – DIÁRIO DE CAMPO**DIÁRIO DE CAMPO****DADOS DA OBSERVAÇÃO**

Data: ___/___/___ Hora início: _____ Hora término: _____

Local: _____

APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Eu, _____, RG _____, sou convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**A TECNOLOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**” realizada pela mestrandia Christianne Teixeira Albuquerque, com a orientação do prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão. Esta pesquisa é requisito para obtenção do título de Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder entrevista (s) à pesquisadora. Além dos dados obtidos na entrevista, registros referentes ao andamento da pesquisa serão feitos em diário de campo. Estou ciente de que minha privacidade e a confidencialidade das informações sigilosas serão respeitadas, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado (a) de que posso me recusar a participar da pesquisa a qualquer tempo, ou retirar meu consentimento sem necessidade de justificativa, não sofrendo qualquer prejuízo. Declaro que fui orientado (a) quanto ao conteúdo deste termo e também do teor da pesquisa, compreendendo sua natureza e objetivo. Assim, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Sant’Ana do Livramento, ____ de fevereiro de 2021

Assinatura pesquisado (a)

Christianne Teixeira Albuquerque